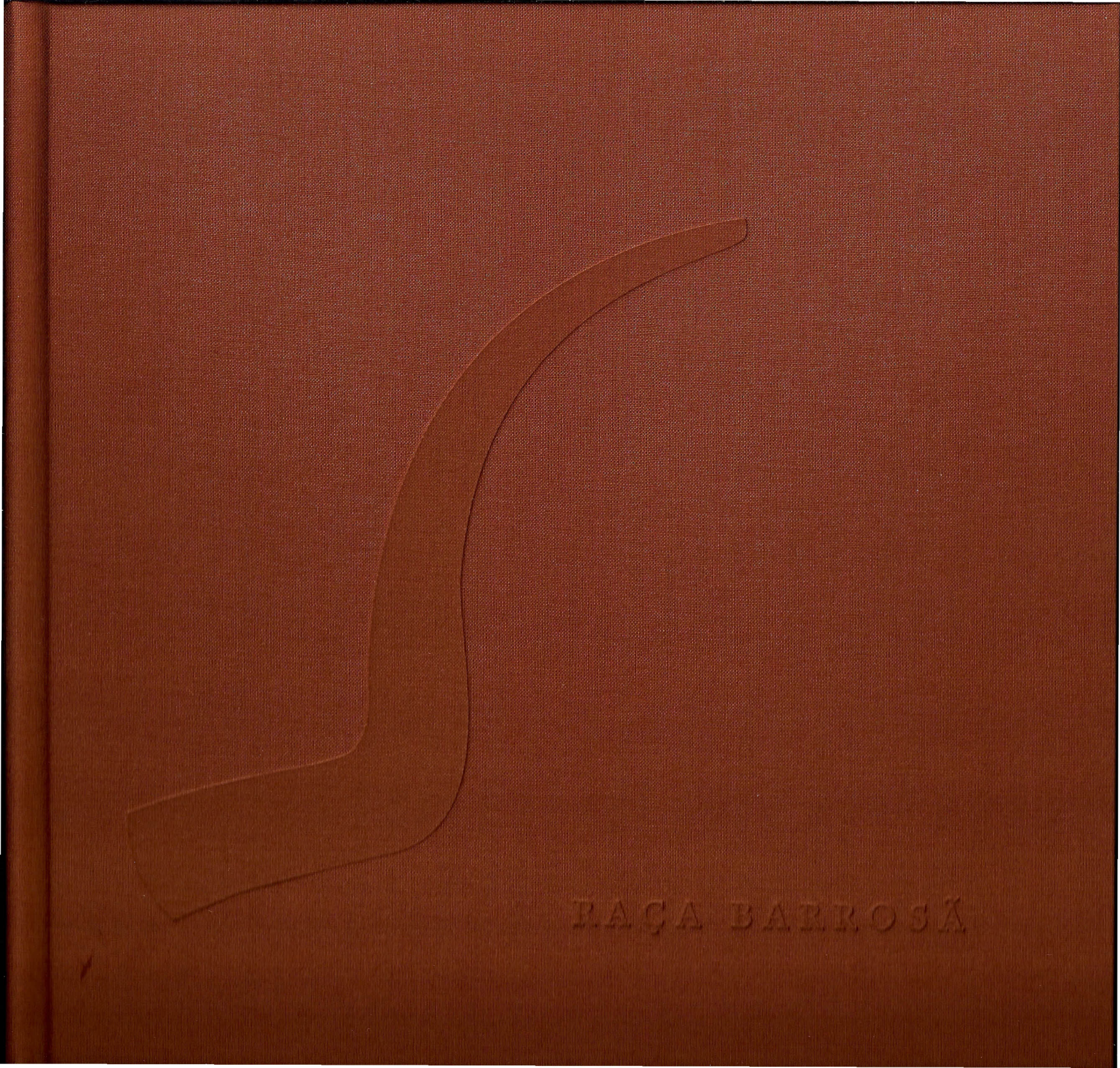
RAÇA BARROSÃ



RAÇA BARROSÃ


RAÇA BARROSA

Raça Barrosã

Ficha Técnica

Título:
Raça Barrosã

Editor:
AMIBA – Associação dos Criadores
de Bovinos de Raça Barrosã
Rua João Braga, 21 · Nogueira
4710-159 Braga · Portugal
Tel.: +351 253 682971 · Faxe: +351 253 682973
E-mail: amiba@raca-barrosa.com
Site: www.raca-barrosa.com

Autores:
Vários

Coordenação:
Adelino Gouveia, José Vieira Leite, Rui Dantas

Secretariado:
Serviços Técnicos da Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã (AMIBA)

Comparticipação:
Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II
ADER-SOUSA, ADRIMINHO, ATAHCA,
PROBASTO, SOL DO AVE

Depósito Legal:
167210/01

ISBN:
972-95562-1-0

Design:
Adriano Rangel [Isto É, comunicação visual, lda]
© Reservados todos os direitos. Nenhuma parte deste design pode ser alterada ou reproduzida sem autorização por escrito.

Fotografia:
© Adelino Gouveia: págs 12, 13, 20, 25, 32, 33, 36, 40, 52, 53, 60, 61, 72, 73, 84, 92
© Ana Alvim: pág. 95
© António Jorge Barros [Arquivo PNPG]: págs 11, 15, 16, 17, 19, 43, 45, 48, 49, 57, 77, 80, 81, 88, 99, 100, 104, 107
© Augusto Baptista: págs 27, 29, 39, 64, 93, 96, 97, 101
© Hernani Gouveia: pág. 76
© Isto É [Arquivo]: pág. 85
© Luís Brás [Arquivo do Centro de Formação e Produção de Audiovisuais]: págs 21, 41, 68
© Manuel Matos [Arquivo AMIBA]: pág. 37
© Margarida Costa: págs 24, 28, 44, 56, 103
© Miguel Machado [Arquivo AMIBA]: pág. 105
© Rui Dantas [Arquivo AMIBA]: págs 8, 9, 51, 65, 69, 85, 89

Digitalização:
Isto É, comunicação visual, lda

Impressão/Acabamento:
Rocha, Artes Gráficas, Lda

Agradecimentos:
Centro de Formação e Produção de Audiovisuais do MADRP
Estação Agronómica Nacional/Instituto Nacional de Investigação Agrária
Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

As ideias expressas nos textos deste livro apenas responsabilizam os seus autores
A selecção dos poemas e dos textos dos separadores são da responsabilidade da coordenação deste livro

Ao Presidente da Assembleia Geral da AMIBA
Óscar Jordão Pires

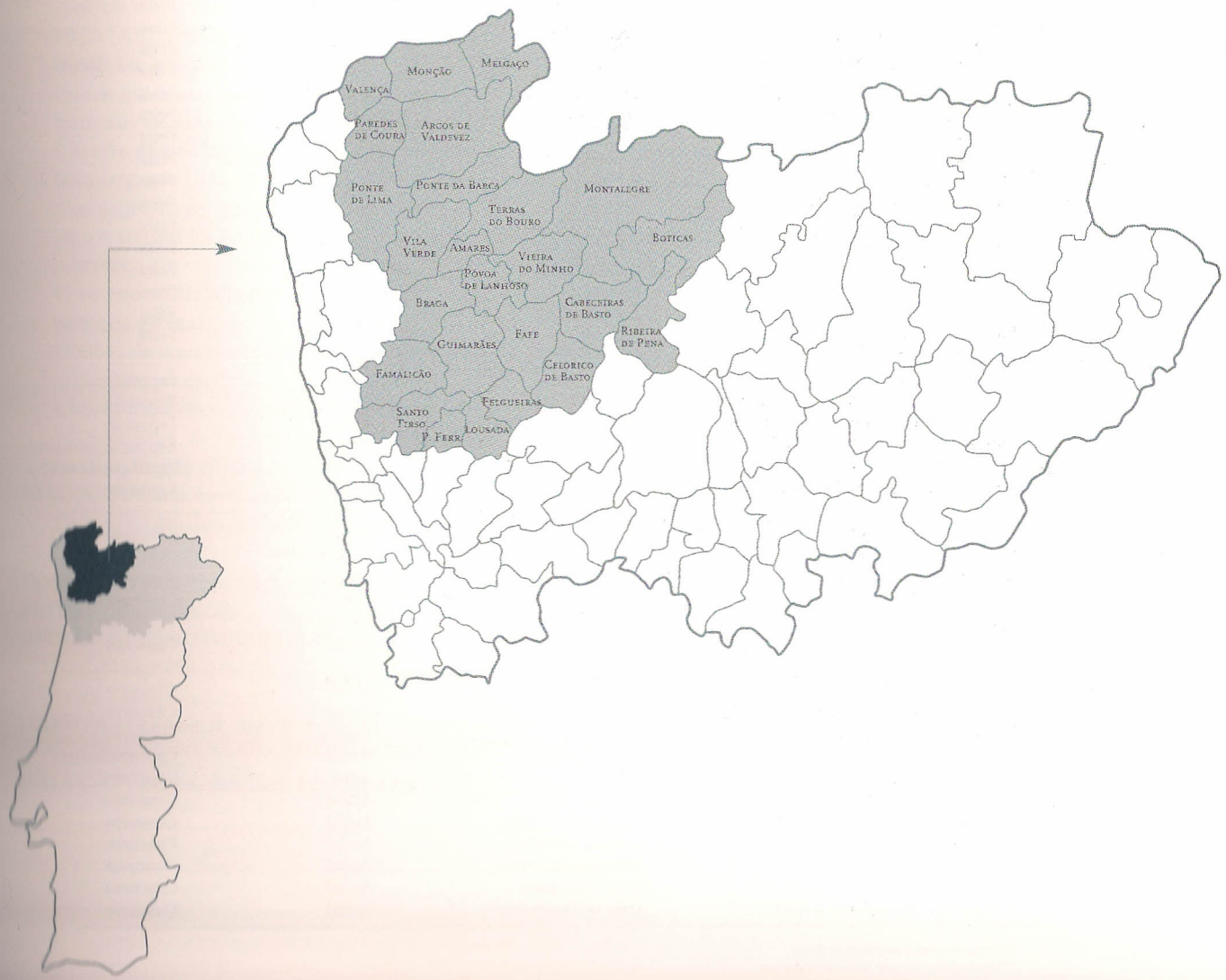
Ao Presidente da Direcção da AMIBA
Armando da Rocha Pires

Ao Secretário Técnico do Livro Genealógico da Raça Barrosã
José Vieira Leite

Aos Criadores da Raça Barrosã

Mapa da raça Barrosã 05
Calendário anual das feiras, exposições e concursos 06
Padrão da raça Barrosã 07
A INVENÇÃO DO BARROSÃO, *Maria Carlos Radich e Fernando Oliveira Baptista* 09
CONSERVAÇÃO DA RAÇA, *Carlos Domingos Ferreira Torres* 13
A RAÇA BARROSÃ NOS PROGRAMAS COMUNITÁRIOS, *Nuno Jordão* 17
OS CRIADORES DA RAÇA BARROSÃ, *Adelino Gouveia* 21
UMA FEDERAÇÃO PARA AS RAÇAS AUTÓCTONES, *Miguel Dias Machado* 25
ORIGEM E HISTÓRIA DA RAÇA BARROSÃ, *Albano Beja Pereira e Nuno Ferrand de Almeida* 29
O LIVRO GENEALÓGICO DA RAÇA BARROSÃ, *José António Matos Vieira Leite* 33
PARÂMETROS REPRODUTIVOS, *José Carlos Marques Almeida* 37
UM CENTRO DE REPRODUÇÃO PARA BOVINOS
AUTÓCTONES, *Rui M. P. Martins e Nuno M. C. Salvador* 41
A RAÇA BARROSÃ: QUE INVESTIGAÇÃO?, *Joaquim Cabral Rolo* 45
A RAÇA BARROSÃ NO ECOSSISTEMA DO NORTE DE PORTUGAL, *Maria Ângela Vasconcelos* 49
SISTEMAS DE PRODUÇÃO, *Conceição Costa Mendes e Rui Jorge Vieira Dantas* 53
BALDIOS SOCALCOS E LAMEIROS: ELEMENTOS DE UMA PAISAGEM
GERIDA COM BASE NA CRIAÇÃO DE BOVINOS BARROSÕES, *José Manuel Lima Santos* 57
AS VEZEIRAS, *Miguel Tito Sanches de Magalhães* 61
AS BRANDAS, *Carlos Borges Pires* 65
A AMBIÊNCIA DOS CAMPOS, *Óscar Jordão Pires* 69
OS CONCURSOS DA RAÇA BARROSÃ, *Armando da Rocha Pires* 73
AS CHEGAS DE BOIS EM BARROSO NÃO ACABARAM, *Padre António Lourenço Fontes* 77
A RAÇA BARROSÃ NA ECONOMIA DO POVO DA MONTANHA, *Agostinho de Carvalho* 81
A QUALIDADE DA CARNE BARROSÃ, *Luís Cortes Martins* 85
CARNE BARROSÃ DOP, *Albano Álvares* 89
A CARNE BARROSÃ NA GASTRONOMIA REGIONAL E NACIONAL, *Henrique Moura* 93
VIGILÂNCIA SANITÁRIA, *Eduardo Maia Tavares* 97
CREDIBILIDADE DAS DENOMINAÇÕES DE ORIGEM PROTEGIDA, *António Fernando de Campos Cêa* 101
A "CHEGA" PELA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTARES, *Vítor Coelho Barros* 105

MAPA DA RAÇA BARROSÃ



CALENDÁRIO ANUAL DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E CONCURSOS

	Localidade	Dia	Periodicidade	Feira ou exposição
FEIRAS	Arcos de Valdevez	Quarta-feira	Quinzenal*	Feira
	Boticas	dias 10 e 20	Mensal	Feira
	Braga	Terça-feira	Semanal	Feira
	Cabeceiras de Basto	Segunda-feira	Semanal	Feira
	Fafe	Quarta-feira	Semanal	Feira
	Guimarães	Sexta-feira	Semanal	Feira
	Monção	Quinta-feira	Semanal	Feira
	Montalegre	Quinta-feira	2.º e 4.º de cada mês	Feira
	Paredes de Coura	Sábado	Quinzenal	Feira
	Pico de Regalados (Vila Verde)	Sábado	Quinzenal	Feira
	Ponte da Barca	Quarta-feira	Quinzenal**	Feira
	Ponte de Lima	Segunda-feira	Quinzenal	Feira
	Póvoa de Lanhoso	Quinta-feira	Semanal	Feira
	Rossas (Vieira do Minho)	Sábado	Quinzenal	Feira
	Terras de Bouro	Segunda-feira	Quinzenal	Feira
	Vieira do Minho	Segunda	Semanal	Feira
EXPOSIÇÕES	OVIBEJA	Março	Anual	Exposição
	AGRO – Feira de Agricultura de Braga	Final de Abril	Anual	Exposição
	Feira de Agricultura de Santarém	Princípio de Junho	Anual	Exposição
	Agro-Barroso (Montalegre e Boticas)	Agosto	Anual	Exposição/concurso
	Agro-Basto – Cabeceiras Basto	Final de Setembro	Anual	Exposição/concurso
	Vila Verde (Festa das colheitas)	Meados de Outubro	Anual	Exposição
CONCURSOS	Guimarães (S. Torcato)	27 de Fevereiro	Anual	Concurso
	Póvoa de Lanhoso (S. José)	19 de Março	Anual	Concurso
	Concurso Nacional (AGRO – Braga)	Último Domingo da AGRO	Anual	Concurso
	Fafe (N. Sr.ª de Antime)	17 de Maio	Anual	Concurso
	Vila Verde (Mixões da Serra – S. António)	13 de Julho	Anual	Concurso
	Póvoa de Lanhoso (Monsul – S. Tiago)	25 de Julho	Anual	Concurso
	Guimarães (Festas Gualterianas)	1 de Agosto	Anual	Concurso
	Arcos de Valdevez	Agosto	Anual	Concurso
	Boticas (Festas do concelho)	Agosto	Anual	Concurso
	Montalegre (Salto)	Agosto	Anual	Concurso
	Ponte da Barca (S. Bartolomeu)	23 de Agosto	Anual	Concurso
	Arcos de Valdevez (Távora S. Maria)	Setembro	Anual	Concurso
	Ponte de Lima (Feiras Novas)	Setembro	Anual	Concurso
	Vieira do Minho (Feira da Ladra)	Início de Outubro	Anual	Concurso
	Vila Verde (S. Martinho de Rio Mau)	Domingo anterior	Anual	Concurso
	Ponte de Lima (S. Martinho da Gandra)	Domingo posterior	Anual	Concurso
	Amarante (Mesão Frio)	30 de Novembro	Anual	Concurso
	Póvoa de Lanhoso (Porto d'Ave)	Final de Dezembro	Anual	Concurso

*alternando com a de Ponte da Barca
** alternando com a de Arcos de Valdevez

PADRÃO DA RAÇA BARROSÃ

CONJUNTO DE FORMAS | Eumétrica, de perfil côncavo e brevilínea.

CABEÇA | Curta e larga, encimada por forte cornamenta em lira alta.

Fronte quadrada, deprimida ao centro, com pronunciada saliência da região orbitária.

Chanfro direito, arredondado e pouco saliente, boca larga, de lábio superior desenvolvido, focinho negro, largo, um pouco grosso, tendendo para o arrebitado. A orla é mais clara sem atingir o branco.

Conjunto ocular saliente. Abertura palpebral e pestanas escuras.

Orelhas de tamanho médio, orladas de pêlos quase sempre escuros.

Chifres muito desenvolvidos em comprimento e em espessura, de cor branco sujo, com pontas escuras. Secção elíptica.

PESCOÇO | Curto, bem ligado à cabeça e à espádua. Barbela muito desenvolvida.

CERNELHA | Larga, pouco saliente.

COSTADO | Bem arqueado.

PEITO | Largo e descido.

REGIÃO DORSOLOMBAR | Medianamente comprida; larga e horizontal; bem ligada à garupa.

VENTRE | Pouco volumoso.

GARUPA | Horizontal, larga e comprida. Boa largura isquiática.

NÁDEGAS | Largas, descidas, sub-convexas.

COXAS | Regularmente largas e bem musculadas.

CAUDA | De inserção média, terminada por regular borla de pêlos escuros.

ÚBERE | Pouco desenvolvido.

MEMBROS | Bem aprumados, curtos e pouco ossudos. Unhas escuras, rijas e arredondadas.

ABERTURAS NATURAIS | Escuras.

PELAGEM | Castanho claro, tendendo para cor de palha ou acerejado. A zona palpebral, a orla envolvente do focinho, a face interna dos membros e a região mamária, mais claras. Machos normalmente mais escuros.

PELE | Grossa, mas macia.

TEMPERAMENTO | Dócil.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO

Elementos de apreciação	Coeficientes
Características étnicas e cabeça	1
Pescoço, peito e costado	1
Dorso e lombo	2
Garupa, nádega e coxa	2
Membros e aprumos	1
Desenvolvimento geral	2
Harmonia de formas	1
TOTAL	10



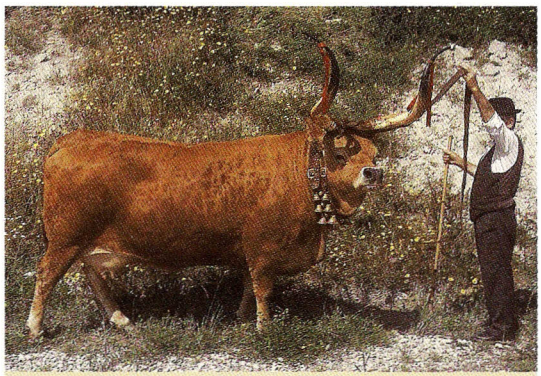
A INVENÇÃO DO BARROSÃO

"Oh, os bois enormes, mansos como arminhos,
Meditando estranhas, íncubas visões!...
Pousam-lhe nas astes, vede, os passarinhos,
E por sobre os longos, tórridos caminhos
Dos seus olhos caem bênçãos e perdões..."

(Guerra Junqueiro, Os Simples)

"Ao arado e ao carro presos noite e dia,
Como dois grilhetas, quer de Inverno ou V'rão!
E, submissos, uma pequerrucha os guia!
E nos sulcos que abrem canta a cotovia,
As boninas riem-se e amadura o pão!..."

(Guerra Junqueiro, Os Simples)



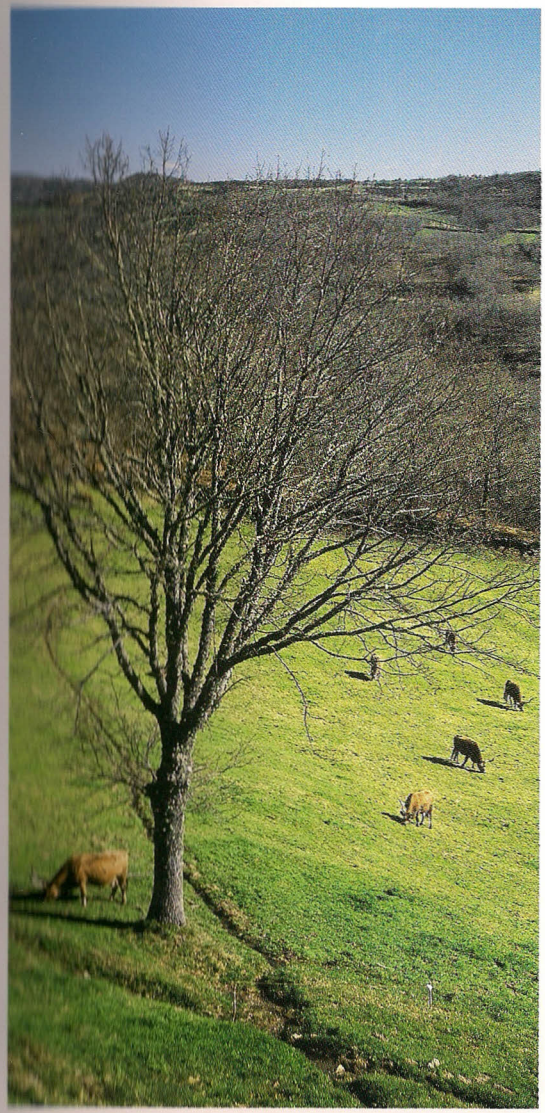
Em 1858, nas páginas do Arquivo Rural, Silvestre Bernardo Lima começou a publicar os resultados do seu estudo sobre Trás-os-Montes. Entre os bovinos que aí encontrara, julgara discernir apenas duas raças bem definidas, sendo uma delas a que denominou de barrosã. Descreveu-lhe os caracteres distintivos e indicou as aptidões zootécnicas. Atribuiu-lhe um solar. Incluiu elementos sobre o enquadramento social que era então o seu, o que passou por especificar o sistema alimentar que lhe era assegurado, escolha dos reprodutores e destino das crias. Salientou a complementaridade entre o Barroso, que reproduzia e criava esta raça e o Minho, que a recriava. Desde logo lamentou o pouco tempo de que dispusera para observar as realidades agrícolo-pecuárias da província, "ainda tão mal conhecidas e piormente apreciadas".

Esta discreta crítica despertou a curiosidade de saber como é que a raça barrosã fora observada no passado então recente — na primeira metade do século XIX, aproximadamente. Não se esperava que os resultados fossem copiosos, como não foram. Mesmo assim, levantaram um problema.

No *Guia e Manual do Cultivador* ... (1849), de José Maria Grande, são referidos os gados, o bovino em particular, mas a raça barrosã não é incluída entre as principais raças portuguesas que seriam a *minhota, transmontana, holandesa, algarvia, galega* e *ribatejana*. Era possível, contudo, que o barrosão se escondesse sob alguma destas designações, transmontana, mais provavelmente. Vista a sua sumária apresentação, não parece que fosse o caso. Tal raça surgia em toda a sua pureza nas abas do Marão, onde às vacas, muito leiteiras, se dava o nome de *molares*. A breve descrição dos caracteres indica, em particular, que os cornos eram curtos, quando, segundo Lima, a armadura deveria ser considerável, projectar-se quase verticalmente e ter a forma de lira. A raça *minhota* era também uma possibilidade. Mas a sua descrição mistura elementos coincidentes e discrepantes face à que Lima apresenta e omite outros ainda. Segundo Grande, os bois minhotos eram "corpulentos, musculosos e excelentes, tanto para o trabalho como para a engorda. A cor do pelo é umas vezes castanha escura, outras vezes preta, e outras vezes, finalmente, cor de mel: a cabeça grande, os cornos arqueados, as espáduas e os peitos largos, a barbela pendente e a cauda muito fornecida de crina. As vacas desta raça podem empregar-se nos trabalhos do campo, dão pouco leite, mas muito substancial e gostoso". Para Lima, a corporatura do barrosão é meã, o rolo do corpo pouco espesso, a cor preta não é suposta, a cabeça é curta e grossa, a armação não é apenas arqueada e nada diz sobre a cauda. Outros elementos coincidem nas duas descrições, ou são pelo menos adaptáveis — aptidões, outras cores das pelagens, barbela pendente...

Semelhante é o problema colocado pelo *Compêndio de Veterinária*... (2.ª edição, 1854), de J. F. Macedo Pinto. A única raça candidata a barrosã é a *minhota*, cuja descrição se aproxima ainda mais da de Lima: os chifres, em particular, já são "compridos, arqueados e de cor escura". Mas difere pela "alta estatura", a cor eventualmente preta, a cabeça grande. Aceita-se bem o seu uso no "transporte e no carreto dos vinhos do Douro", mas surpreende que faça "quase exclusivamente" a lavoura na Beira Alta (além de no Minho).

A indicação do Barroso como solar, avançada por Lima, mas omitida por J. M. Grande e por M. Pinto, levou a procurar textos, agronómicos ou não, que expressamente aí localizassem os bovinos que porventura referissem. O que ocorreu no *Mappa do estado*



actual da província de Trás-os-Montes..., de Columbano Pinto Ribeiro de Castro (1796), publicado por J. M. Amado Mendes, em 1981, e no *Ensaio Topográfico Estatístico de Julgado de Montalegre*, do Bacharel José dos Santos Dias (1836). O gado vacum é referido nos dois casos, bem como os usos que dele se fazia em Montalegre, mas não há uma só palavra que descreva o seu aspecto. A sugestão do local é porém tão forte, que o leitor de hoje facilmente inventa a presença do barrosão e com ela lê estes textos. No caso das descrições de J. M. Grande e M. Pinto, desde que se fechem os olhos aos elementos descritivos que divergem dos de Lima, os restantes esboçam um barrosão. A invenção é parcial, mas mais do que duvidosa, porque além do mais, falta o nome.

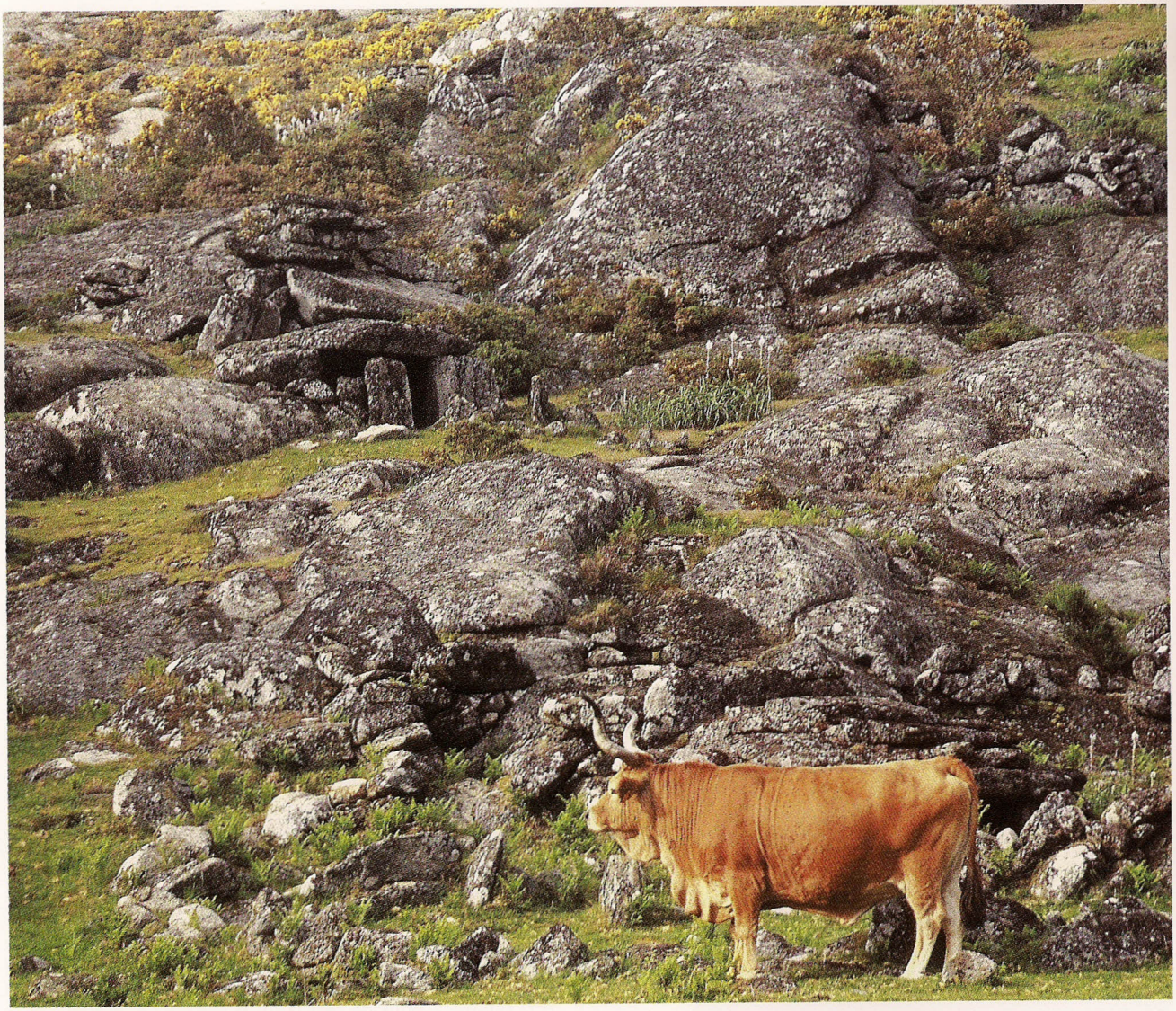
Por sua vez S. B. Lima, dentro dos parâmetros da zootecnia do seu tempo, fixou-lhe o nome e forjou um modo de ver que lhe permitiu, e a outros depois dele, identificar e distinguir a raça barrosã. O que não evita os embaraços de uma identificação retrospectiva, quando se dispõe de caracterizações escassas ou contraditórias.

Maria Carlos Radich

Maria Carlos Radich
C.E.H.C.P./I.S.C.T.E

Fernando Oliveira Baptista

Fernando Oliveira Baptista
Instituto Superior de Agronomia



CONSERVAÇÃO DA RAÇA

"Naquela espessa nau, um velho, um lavrador
Entre a faina do cais, fita o dolente olhar...
É que ali dentro vão os bois, o seu amor...
E àquela mágoa intensa
E inarrável dor
Responde a descuidosa e gélida indiferença
Dos Homens, e dos Céus e do profundo Mar..."

(Gonçalves Crespo, Obras Completas)

"Grandes bois que adoro, pra fortuna minha,
Quem me dera a vossa mansidão cristã!
Arrotear os campos, fecundar a vinha,
E nos teus olhos garços duma boieirinha,
Ter duas estrelas virgens da manhã!..."

(Guerra Junqueiro, Os Simples)



A MANUTENÇÃO DO NOSSO PATRIMÓNIO GENÉTICO, tanto animal como vegetal, é actualmente um dado consensual e um assunto adquirido.

Mas nem sempre foi assim, tempos houve, e não tão distante como se poderá supor, que esta riqueza esteve votada ao abandono com o risco evidente de se perder, para sempre, um património que levou milhares de anos a consolidar!

Os novos conceitos de defesa do ambiente e da utilização, cada vez maior, de produtos naturais na alimentação humana e, também, o desenvolvimento galopante das ciências que estruturam todo o estudo da dinâmica das populações bovinas e, consequentemente, a sua estrutura genética, tudo isto contribuiu para que o melhoramento e selecção destas raças pudesse ser intensamente activado, sendo por esse facto possível, actualmente, antecipar no tempo os resultados desses estudos.

Estes factos contribuíram, assim, para criar as condições para o regular fornecimento de produtos controlados com denominação de origem, dando resposta, desta forma, a uma cada vez maior procura da carne das raças autóctones, nomeadamente da Barrosã.

No caso concreto da nossa raça Barrosã, devemo-nos lembrar que nos finais do século XIX, concretamente em 1871, saíram pela barra do Douro para Inglaterra 18.350 cabeças de gado, na sua maioria esmagadora de raça Barrosã, com o valor importante para a época de 1.192.950$00.

A partir desta data, por razões bem conhecidas, estes números foram baixando progressivamente até parar completamente a sua exportação, tendo os efectivos continuado em queda livre, para chegar aos dias de hoje, com um valor que se aproxima da metade da exportação do ano longínquo de 1871.

E, se outras razões não houvesse, para defendermos esta raça, lembramos que a partir de meados do Século XIX muito contribuiu para que o Entre Douro e Minho e, mais concretamente, as Terras da Maia atingissem um apogeu de desenvolvimento económico e social e que, ainda mesmo hoje, se espelha nos volumosos e pesados *cordões de ouro maciço*, nas *arrecadas*, nos *trancelins*, nas *borboletas*, nas *custódias*, etc., que as lavradeiras ostentam nas actuais festas e romarias minhotas.

Foi com base neste reconhecimento e na aceitação que este património genético não poderia ser levianamente delapidado que, a partir dos anos oitenta, se desenvolveu um esforço importante no sentido de cadastrar o património existente, fixá-lo e iniciar o seu racional melhoramento para novamente o introduzir no circuito alimentar da sociedade que o integra.

Foi em consequência deste movimento também que, em boa hora, nasceram as várias Associações de Criadores de Bovinos das Raças Autóctones de que a AMIBA é um excelente exemplo.



Estaríamos mal com a nossa consciência se não fizéssemos, aqui e agora, uma especial referência ao empenho de um septuagenário de espírito jovem — o médico veterinário Manuel Leitão — que, com uma reduzida equipa de jovens técnicos, tanto contribuiu para que se consolidassem os alicerces deste importante edifício, que já é o das Raças Autóctones, e se criasse, assim, a possibilidade de encetar os consequentes trabalhos futuros de que todos nós agora estamos a beneficiar e que esta publicação é um dos bons exemplos.

Carlos Domingos Ferreira Torres
Engenheiro Agrónomo
Secretário Geral da Câmara de Agricultura do Norte



A RAÇA BARROSÃ NOS PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

"Na frente ocidental nada de novo.
O povo continua a resistir
Sem ninguém que lhe valha,
Segue e trabalha
Até cair"

(Miguel Torga, Diário IX)

"Se nos negam aqui o pão e o vinho!
Avante! é largo, imenso, esse horizonte...
Não, não se fecha o Mundo! e além, defronte,
E em toda a parte há luz, vida, carinho!"

(Antero de Quental, Sonetos)

"Arde a seara, mas dum simples grão
Nasce o trigal de novo.
Morrem filhos e filhas da nação,
Não morre um povo."

(Miguel Torga, O Pesadelo)



Possantes, altivos e belos, os bovinos da raça barrosã, mais do que proporcionar um toque pitoresco, integram-se indissociavelmente na paisagem e na vida do Alto Minho e do Barroso.

Fora do seu solar, da sua região natural, para quem delineia e decide a política agrária e de desenvolvimento rural, o modo de encarar esta raça tem oscilado, no passado recente, entre o desprezo total e o apoio entusiástico.

Permitam-me que refira o meu primeiro contacto com o bovino barrosão: sendo eu de origem urbana, o meu conhecimento da ruralidade era muito limitado e confinado à proximidade de Lisboa. Foi no primeiro ano do curso de agronomia, estávamos no início dos anos 70, que ao ser leccionado o interesse económico dos bovinos, para além das aptidões para carne, leite, trabalho e mista, a raça barrosã foi-nos apresentada, ironicamente, como produtora de pentes!, fazendo alusão aos seus impressionantes cornos e, reduzindo a esse aspecto todo o interesse da raça.

Se bem que anedótico, este episódio relata bem a perspectiva, reinante na época, e que se prolongou até aos primeiros anos da nossa integração europeia.

A política agrícola nacional e posteriormente a Política Agrícola Comum, a PAC, orientava-se ainda para a produtividade agro-pecuária, para o abastecimento das populações, para uma política de preços acessíveis aos consumidores e políticas de compensação que proporcionassem uma remuneração digna aos agricultores ou, pelo menos, aqueles agricultores mais modernos e produtivos.

As consequências desta política, o seu sucesso assim como suas consequências indesejáveis são minimamente conhecidas: os excedentes de abastecimento, a destruição da paisagem, a desertificação humana do meio rural, a poluição de campos e águas, a descaracterização de produtos por manipulação e concentração genética e os aditivos químicos ou biológicos, fazendo perigar ou, pelo menos, inquietar a saúde pública.

A raça barrosã sofreu dramaticamente com esta política. O seu cariz imponente, pesado e lento não se compadecia com a correria do "progresso" que se desenhava na altura. O seu efectivo, outrora vasto, reduziu-se drasticamente até ao limiar da extinção.

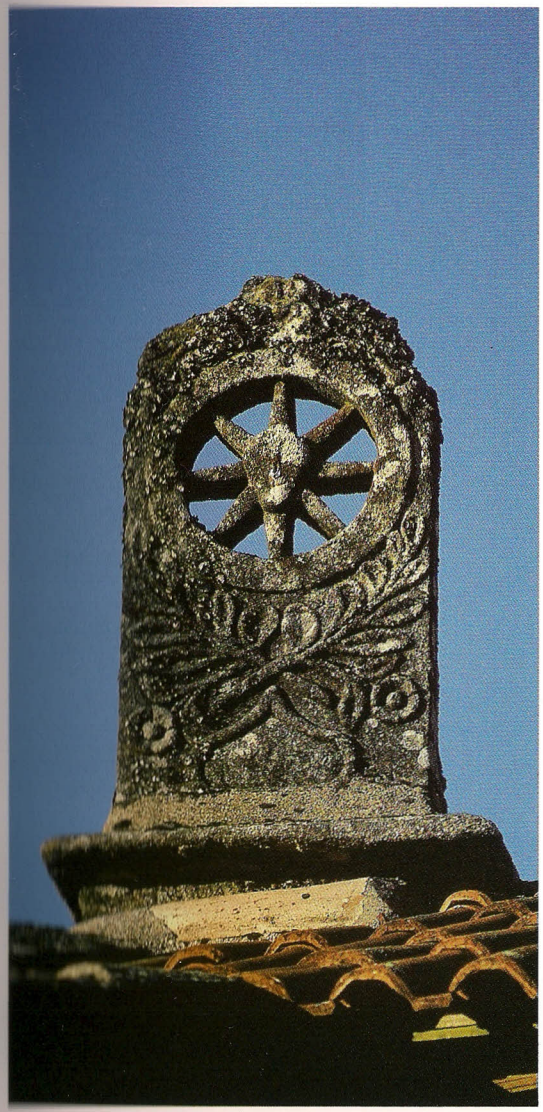
No início dos anos 90, a consciência do beco sem saída para que a Política Agrícola caminhava tornou-se patente. Garantido, que estava, o abastecimento, tornava-se fundamental preservar todos os aspectos da ruralidade que perigavam com a política produtivista.

Começou então a delinear-se a reforma da PAC que veio a consagrar progressivamente a defesa de modos extensivos de produção, de sistemas produtivos tradicionais, de produtos agro-pecuários tradicionais de qualidade, assim como dos modos de protecção e produção biológica e integrada.

A ênfase na quantidade foi sendo substituída pela defesa da qualidade.

Surgiram então novos instrumentos financeiros, que procuravam traduzir esta nova filosofia e que passaram por uma reestruturação das Organizações Comuns de Mercado OCM para grande número de produtos, pelas chamadas medidas de acompanhamento da PAC, dando maior ênfase à componente rural da política agrícola e também pelos programas de iniciativa comunitária LEADER.

A raça barrosã, como as demais raças autóctones, tiveram então o seu reconhecimento e apoios que se traduziram por incentivos à produção, à organização dos criadores, e indirectamente à promoção e comercialização da sua carne.



Para além dos apoios decorrentes da PAC, no âmbito dos quadros comunitários de apoio, que traduzem a política nacional com apoio comunitário, também se vieram a criar vários instrumentos financeiros que contribuíram para o fomento da raça.

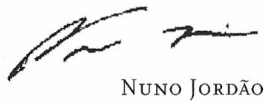
As notáveis qualidades da raça barrosã puderam assim evidenciar-se. A excelência da sua carne, de há muito reconhecida, mesmo internacionalmente, veio finalmente a obter protecção comunitária do seu nome, através da menção Denominação de Origem Protegida – DOP, que em conjugação com outros incentivos permitiu um sucesso, mesmo económico, notável.

O efectivo voltou a crescer, voltando o barrosão a animar e beneficiar a paisagem, o território e as suas gentes, afastando-se rapidamente o espectro da extinção eminente.

Nos tempos mais recentes, receia-se, que a raça barrosã venha a ser, de novo, vítima, desta vez, do seu próprio sucesso.

Embora a actual filosofia da PAC se mantenha e mesmo se acentue, constituindo-se o desenvolvimento rural como um segundo pilar da PAC, o aumento do efectivo e o afastamento do risco imediato de extinção, fez com que algumas vozes de políticos e decisores comunitários defendam agora uma redução de ajudas.

Esperemos, todavia, que o bom senso impere e, mais do que a consideração biológica, as dimensões económica e cultural prevaleçam, permitindo dar continuidade ao esforço até há pouco tempo desenvolvido com tanto sucesso.



NUNO JORDÃO

Presidente da Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER II



OS CRIADORES DA RAÇA BARROSÃ

"Cândido, na paz das solidões dormentes,
Ignorando o mundo rancoroso e vil
Aos cem anos inda, com a fé dos crentes,
Punha olhos claros, simples, inocentes,
Na estrelinha d'Alva das manhãs de Abril!"

(Guerra Junqueiro, Os Simples)

"Seu bisavô fora guardador de gado,
Guardador de gado seu avô, seu pai;
Criou filho e netos como foi criado,
E morreu ditoso porque o seu cajado
Seu rebanho ainda pastoreando vai!"

(Guerra Junqueiro, Os Simples)



Quando, no Inverno, se passeia o olhar pelos socalcos do Minho, somos levados a perguntar e a admirar quem ergueu tão majestosa obra que resiste à fúria das tempestades.

Quando, no Verão, percorremos os caminhos das encostas e dos cumes do Noroeste de Portugal, verificamos que são marcados no chão por pegadas de gente que por ali passou repetidas vezes ao ano.

São socalcos que enaltecem o trabalho de um povo e pegadas que perpetuam a passagem de guardadores de rebanhos. Observando bem, fazem lembrar rugas profundas cavadas pelos anos no rosto dos camponeses da montanha.

Apetece perguntar que gente é esta, que teimosamente levanta o socalco e persiste em apascentar gados pelas serras?

São bisavós de engenheiros, de doutores, de eclesiásticos, de governantes, de comerciantes, de cavadores e pastores; são pedreiros, ferreiros, moleiros, carpinteiros que levantam aldeias, cultivam os campos e criam garranos, ovinos, caprinos e bovinos, em especial de raça barrosã. É vê-los levantar as paredes do socalco que as chuvas fizeram cair, reparar a ponte que foi nas enxurradas, remendar o carro dos bois, arejar o espigueiro do milho, consertar os chocalhos que vão enchendo de música os caminhos da aldeia.

Tudo o que vemos no Noroeste de Portugal foi sendo feito e conservado, ao longo dos séculos, com sacrifício das suas gentes.

Desde sempre, o camponês da montanha dedicou-se especialmente à criação do gado e construiu um sistema económico e social estruturado e funcional, adaptado, experimentado, resistente até nossos dias.

Com a entrada de Portugal no grande espaço comunitário, vozes de responsáveis do Governo, de técnicos, de investigadores, provavelmente para ocultarem a sua incapacidade para adaptar um sistema agro-pastoril ancestral aos novos condicionalismos, vão apregoando que tudo isto tende a desaparecer e que já nada salva a raça bovina barrosã nas mãos do pequeno criador.

Já corre notícia de que se está a estudar, a nível da Comunidade, uma metodologia para reduzir o número de beneficiários das medidas de protecção das raças autóctones. Pelo conhecimento que se tem da sua lógica de funcionamento, é de prever que o pequeno criador será o sacrificado, ficando abandonado à sua sorte, apesar da história confirmar que a raça barrosã só existe porque existe o pequeno criador.

Ironia do destino! A salvação de uma raça autóctone passa, por razões económicas, pela condenação do seu criador de sempre!

É preciso gritar bem alto para que todo o mundo saiba que é menos custoso criar condições para a fixação de uma população serrana onde nasceu, que sustentá-la no desemprego.

É convicção dos criadores que o destino que lhes é traçado não passará e, por isso, vão resistindo heroicamente, acreditando que o reconhecimento do seu trabalho e do seu património há-de chegar um dia e que "*nessa hora redentora, que não deve tardar – e, que quanto mais tardar, pior – estes santuários serão redescobertos, reconstruídos e dignificados*" (Torga, 1950).

Torna-se urgente conhecer e divulgar o contributo dos nossos homens e mulheres da montanha na conservação da natureza e preservação dos nossos recursos naturais. Está comprovado que "*todas as flores artificiais do mundo plástico não valem um lírio dos campos, que todas as químicas laboratoriais não valem a fermentação de um carro de estrume, que todos os apitos imperativos do progresso não valem o som cordial de um chocalho*" (Torga,1950).

Os criadores da raça barrosã são ao redor de dois mil, na sua maioria com 2 a 5 vacas, dispersos pelo Barroso e pelo Minho.

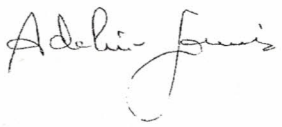
É impressionante observá-los a exibirem-se no seu território em determinados períodos do ano: são as chamadeiras a chamar pelos bois, os lavradores a conduzir o arado, as lavradeiras a espalhar os estrumes, o semeador a semear a semente, o carro dos bois a chiar pelos caminhos estreitos da aldeia. Até Janeiro, apanha-se a castanha; em Fevereiro, corta-se a ferrã; em Março, poda-se a vinha; em Abril, planta-se a batata e semeia-se o milho; em Junho, sacha-se, rega-se e monda-se; em Julho, são as ceifas; em Agosto, corta-se a bandeira ao milho; em Setembro, são as desfolhadas e as vindimas; em Outubro, é a recolha dos milhos para os espigueiros; em Novembro, semeia-se o centeio; em Dezembro, é a matança do porco. Tudo vai sendo feito ao som do cancioneiro da montanha.

Será que tudo isto vai desaparecer?

Há uma década, a Comunidade Europeia e o Estado Português consideravam a raça barrosã em perigo de extinção. Os criadores, levados pelos apoios nacionais e comunitários, correram a preservá-la. Aldeias inteiras reorganizaram-se em volta das ajudas à conservação das raças autóctones. O mundo rural português voltava a apoiar-se nos seus alicerces de sempre.

Até quando?

Acabar, nesta fase, com os apoios nacionais e comunitários aos criadores de gados da montanha é apagar-lhes a última chama que têm para acender o lume.



ADELINO GOUVEIA
INIA



UMA FEDERAÇÃO PARA AS RAÇAS AUTÓCTONES

"Descalcinha e pobre, mas sem ser mendigo,
Nada mais esbelto, mais encantador!
Veste-a d'oiro a glória do bom sol amigo...
O chapéu é palha que inda há um mês deu trigo,
A saita é linho ainda há bem pouco em flor!..."

(Guerra Junqueiro, Os Simples)

"Fez-se moço e grande pelas serras brutas,
Onde as águias pairam, onde o roble medra,
E onde os fragaredos bárbaros, com grutas,
Se encastelam crespos, infernais, em lutas,
Tal como tormentas de travões de pedra"

(Guerra Junqueiro, Os Simples)

"E o pastor d'ovelhas, que comeu centeio,
Que viveu nos montes, que dormiu nas grutas,
Tão asselvajado, cabeludo e feio,
Que disséreis quase que esse monstro veio
Da matriz da terra, como as pedras brutas."

(Guerra Junqueiro, Os Simples)



As raças autóctones portuguesas são, no seu conjunto, um património de grande importância no território nacional e a sua manutenção é, cada vez mais, uma necessidade para a economia agrícola e um dever para a sociedade em geral.

Fazem parte da nossa paisagem rural, uma mão cheia de raças de diversas espécies animais que, ao longo de séculos, se foram fundindo com ecossistemas únicos nas regiões mais interiores de Portugal. Sendo geneticamente diferentes, cada uma destas espécies e cada uma destas raças têm em comum modos de produção, idênticos no geral, diferentes apenas em pormenores que têm a ver com as regiões onde se situa o seu solar, como, por exemplo, o solo, o clima, a vegetação e a estrutura fundiária. Todas se associam a um agricultor de pequenos recursos, valente e generoso, que mais do que intervir, observa pacientemente, à espera que a natureza, no seu ritmo próprio, lhes dê o rendimento pelo qual aprenderam a esperar.

Para defesa da raça e protecção de seus criadores foi criada, no início dos anos noventa, a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã (AMIBA) a quem foram confiadas as tarefas de gestão do Registo Zootécnico/Livro Genealógico e a execução dos Planos de Melhoramento Animal. O mesmo foi acontecendo com outras raças autóctones portuguesas.

Do diálogo, intercâmbio e realização de acções em comum, principalmente em feiras, exposições, concursos pecuários, conferências e congressos, nasceu a necessidade de criar, em Agosto de 2000, a Federação Nacional das Associações de Raças Autóctones (FERA) que agrupa associações gestoras de livros Genealógicos das espécies bovina, equina, ovina, caprina e suína, tendo como objectivos estatutários:

- promover, desenvolver e defender os interesses das organizações suas filiadas;
- coordenar acções nos domínios técnico, científico, económico e estatístico;
- definir estratégias comuns a utilizar na óptica da preservação, promoção e melhoramento das raças autóctones;
- promover a formação profissional, a informação e a divulgação de assuntos de interesse para os seus associados;
- estabelecer protocolos com organizações congéneres de âmbito nacional, comunitário ou internacional de interesse para as raças autóctones portuguesas.

A Federação (FERA), com sede social na Escola Superior Agrária de Bragança, congrega, hoje, doze associações que representam as espécies já referidas, localizadas na sua maioria na região norte do país, onde dominam as explorações minifundiárias situadas em zonas de meia encosta e de montanha.

Foram fundadoras desta Federação as Associações gestoras dos Livros Genealógicos/Registos Zootécnicos das raças bovinas Barrosã, Cachena, Marinhoa, Maronesa, Minhota e Mirandesa, do cavalo Garrano, do porco Bízaro, das ovelhas Churra Bragançana e Churra Mirandesa e das cabras Serrana e Bravia.

Fazer prevalecer sobre a dimensão económica a importância ambiental dos sistemas de produção das diversas raças, que a globalização parece não ter em conta, é mais um objectivo estratégico, chamando a atenção do poder político para o grande contributo que



é dado à sociedade em geral pelos criadores e seus animais, na simbiose que caracteriza as suas presenças no interior esquecido do nosso país.

Cabe ao Estado, enquanto responsável pelos recursos naturais do seu território, assumir a manutenção desses recursos e isso passa, entre outros, por dois aspectos muito importantes:

1. apoiar os criadores que fazem linha pura, compensando-os pelo desnível financeiro que se verifica relativamente às raças exóticas e seus cruzamentos;

2. financiar efectivamente as associações detentoras dos Livros Genealógicos, cujas acções de melhoramento devem ser valorizadas de acordo com as grandes dificuldades inerentes às áreas de produção, às fracas acessibilidades e aos encabeçamentos muito baixos, reconhecendo-as como instrumento principal no processo de combate à desertificação do interior e como motores do desenvolvimento rural.

Defendendo esta riqueza nacional poder-se-á manter a extraordinária qualidade ambiental que os berços das raças autóctones ainda têm, resultado de um saber fazer secular de homens e mulheres que heroicamente por lá se vão ficando e que são tão genuínos como os animais que sabiamente criam e apascentam.

MIGUEL DIAS MACHADO
FERA – Federação Nacional das Associações de Raças Autóctones.



ORIGEM E HISTÓRIA DA RAÇA BARROSÃ

"Que a terra produza seres vivos,
segundo as suas espécies,
animais domésticos,
répteis e animais ferozes..."

(Genesis, Cap.I, V.24)

"Adão conheceu Eva, sua mulher.
Ela concebeu e deu à luz Caim...
Depois, deu à luz Abel, ...
Abel foi pastor, e Caim, lavrador."

(Genesis, Cap.4, V. 1 a 2)



A ORIGEM E HISTÓRIA DA RAÇA BARROSÃ terá começado à cerca de 10.000 anos, com a domesticação do Auroque (*Bos primigenius*) na Anatólia (actualmente Turquia), em pleno Neolítico. Foi a partir desta região que os primeiros bovinos domesticados se terão expandido a todo o mundo, acompanhando as grandes correntes migratórias humanas. No que se refere à Peninsula Ibérica, pensa-se que ocorreram dois fluxos migratórios preponderantes na sua colonização. O primeiro – aquele que se pensa ser o responsável pela primeira grande introdução de bovinos na Península Ibérica – terá saído do Próximo Oriente, dirigindo-se para Sudoeste ao longo da costa mediterrânica de África até Marrocos, e entrando depois na Península pelo Estreito de Gibraltar e Ilhas Baleares, há cerca de 6.000-8.000 anos. O segundo terá saído da mesma região geográfica em direcção a Nordeste e entrado na Europa a partir do território dos Balcãs, tendo continuado a sua expansão para a Europa Ocidental e chegado à Península Ibérica com as invasões do povos indo-europeus há cerca de 3.000-4.000 anos. Refirar-se, contudo, que embora estes dois fluxos migratórios tenham sido os principais responsáveis pela entrada de bovinos na Peninsula Ibérica, outros terão igualmente existido, tanto em períodos intermédios, como posteriormente.

Os dados actualmente disponiveis indicam a existência de diferenças significativas na morfologia e no território ocupado pelos animais. Os primeiros seriam mais parecidos com seu ancestral selvagem (daí a designação de *longhorn*) e terão ocupado fundamentalmente a orla marítima Sul e Oeste, enquanto os segundos (do tipo *shorthorn*) terão ocupado toda a franja Cantábrica, dos Pirinéus até a Costa Ocidental. É, assim, provável que o conjunto destes animais tenha servido de substrato para o surgimento da raça Barrosã, através de um processo secular – ou milenar – de selecção exercida conjuntamente pelo Homem e pelo meio circundante, determinando as características morfológicas que hoje a destinguem de todas as outras raças vizinhas.

Nos últimos anos, os enormes avanços tecnológicos, especialmente no domínio da genética, tem permitido outras abordagens no aprofundamento do conhecimentos acerca da origem das raças bovinas portuguesas. Os estudos realizados anteriormente nesta área, através da utilização de marcadores bioquímicos e de grupos sanguíneos juntam a raça Barrosã com as suas raças vizinhas, e não fazem qualquer comparação com outras filogeneticamente mais remotas, como as africanas ou zebuinas.

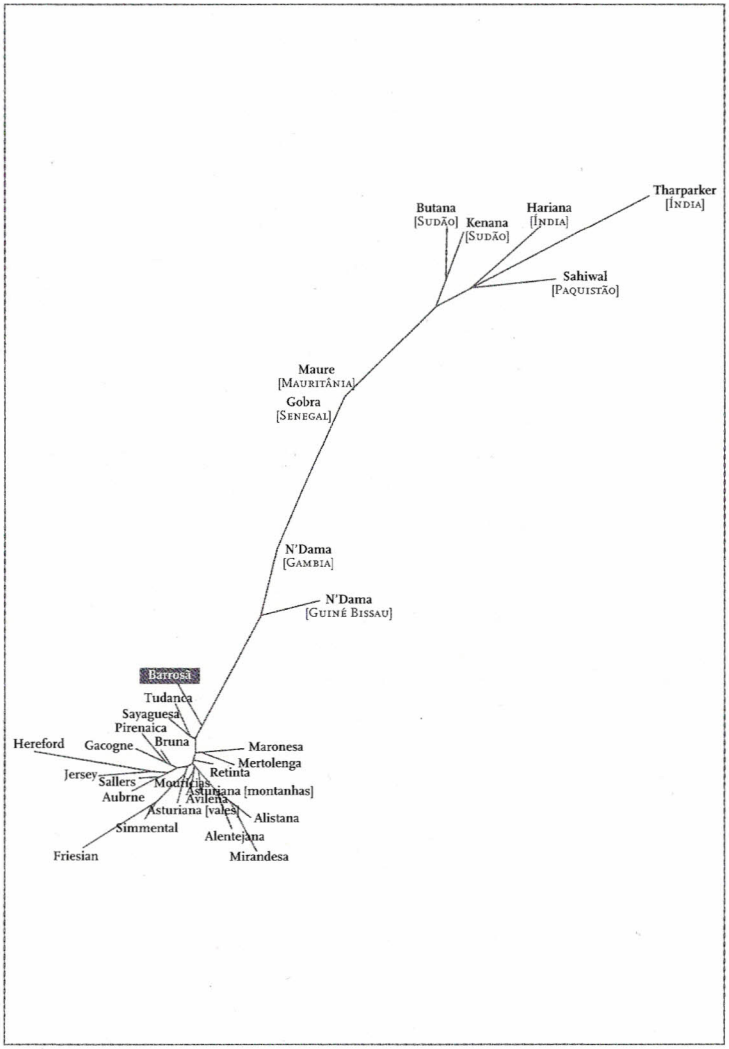
Recentemente, a análise de um fragmento de DNA mitocondrial sugeriu uma influência africana nas raças do Sul de Portugal. O nosso trabalho parece confirmar estes resultados. Na verdade, o estudo das variantes genéticas das seis lactoproteínas bovinas, em 43 raças de todo o mundo mostra que a raça Barrosã, juntamente com as raças do Sul do país, se posiciona mais próxima das africanas e zebuinas do que das da Europa Central e Setentrional. Por outro lado, a investigação de marcadores selectivamente neutros, designados por microssatélites, permitiu, também, encontrar na raça Barrosã alelos específicos de raças africanas.

Estes resultados são especialmente interessantes, tanto mais que a hipótese classicamente utilizada pelos "etnozootécnistas" portugueses para justificar a origem da raça Barrosã no ancestral Norte Africano *Bos primigenius mauritanicus* está hoje refutada. De facto, parece claro que terão existido, apenas, três sub-espécies,

ou linhagens de Auroques (*Bos primigenius*): i) *Bos primigenius namadicus*, que ocupava o continente Asiatico, ii) *B. primigenius opisthonomus*, que ocupava o Continente Africano, e iii) *Bos primigenius primigenius*, que ocupava o Continente Europeu. Assim, os resultados até hoje obtidos, apesar de corroborarem a hipótese de uma origem africana, continuam a ser controversos e abertos a múltiplas interpretações, sendo por isso necessária a realização de mais trabalhos que conduzam a um sólido conhecimento das características genéticas das raças bovinas autóctones portuguesas.

Albano Beja Pereira
Investigador do Centro de Estudos de Ciência Animal da Universidade do Porto

Nuno Ferrand de Almeida
Professor Associado da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto



Dendrograma mostrando as relações genéticas entre raças da Peninsula Ibérica e as raças do Centro da Europa, da Ásia e Africa.



O LIVRO GENEALÓGICO DA RAÇA BARROSÃ

"curioso é o espectáculo que dão as vacas minhotas,
cheias de bíblica mansidão e dignidade folclórica,
fronte em lira, pêlo de âmbar e cílios ruivos,
que vão inscrevendo no solo negro
sulcos de conscienciosa inquietude"

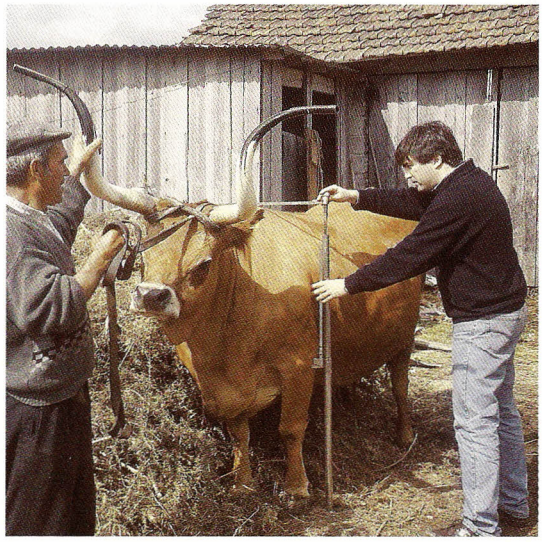
(Aquilino Ribeiro, "Arcas Encoiradas")

"A raça barrosã pura já era raro ter,
na generalidade das freguesias...,
predominando, atreladas aos carros e nas lavouras,
as pacíficas vacas de olhar doce..,
que presenteavam os donos com deliciosas crias"

(E. de Castro Caldas, Terra de Valdevez
e Montaria do Soajo)

"Só uma única Associação de Criadores pode gerir
com eficácia o Livro Geneológico da Raça"

(Do livro Os Milénios do Garrano, 2000)



A RAÇA BARROSÃ É UMA DAS RAÇAS PORTUGUESAS que mais regrediu até à década de noventa, conhecendo nos últimos anos uma certa estabilização, mercê dos apoios estatais e comunitários, nomeadamente a Medida 18 das Agro-Ambientais e a criação da DOP para a Carne Barrosã, que foram possíveis por estar a funcionar desde 1980 o Registo Zootécnico da respectiva raça.

Em 1873, segundo Silvestre Bernardo Lima, o efectivo era de 102.301 machos e 144.501 fêmeas, tendo havido uma drástica redução dos machos, que são insignificantes actualmente, não havendo um efectivo de mais de 7.000 fêmeas.

Em 1976, por despacho do Ministério da Agricultura, é instituído um prémio de 2.000$00 por cada filho ou filha de animais inscritos no Livro de Nascimentos da respectiva raça. Estava, assim, dado o primeiro passo para a instituição dos Livros Genealógicos que seriam a viragem natural para o declínio tão acentuado das raças autóctones portuguesas.

Em 1980, inicia-se o Registo Zootécnico da raça tendo como colaboradores técnicos da Direcção Geral de Pecuária (DGP) e da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho (DRAEDM) pondo-se a funcionar o Registo Zootécnico (RZ) da raça, com sede em Lamaçães – Braga, centro geográfico da área de dispersão da raça.

Das anteriores acções de melhoramento, as únicas que tiveram êxito foram a recria e selecção de bovinos, feitas pelos Intendentes de Pecuária de Braga e Viana do Castelo nos seus respectivos Postos Zootécnicos. O Primeiro Posto Zootécnico que foi criado, em 2 de Outubro de 1914, foi o do Gerês que, no entanto, nunca chegou a funcionar, sendo substituído, em Dezembro de 1916 por outro instalado em Montalegre.

Em 1995, é criada pela DRAEDM a Estação Regional de Produção Animal, situada na Quinta do Pinhó – S. Torcato, concelho de Guimarães, onde se efectua a testagem de machos reprodutores e a recolha de sémen e de embriões.

Em meados de 1981, inicia-se a inscrição de todos os animais do efectivo apresentado a registo que correspondiam ao padrão da raça..

Em todos os concelhos da área de dispersão da raça foram elaborados editais – dos quais era feito aviso pelas Juntas de Freguesia e pelos Padres das paróquias – que informavam as populações das vantagens da adesão. Este período, que medeia entre o ano de 1980 e meados de 1981, foi destinado ao levantamento exaustivo do efectivo e principalmente dos postos de cobrição, uma vez que a Inseminação Artificial só se inicia em 1991.

É com base num número elevado dos posto de cobrição natural (400) e no apoio dado a estes criadores que se mantem o padrão de ser a raça peninsular com maior variabilidade genética.

No RZ, a maioria dos animais é submetida a testes de performance realizando-se pesagens ao nascimento, ao abate e outras intermédias, sendo posteriormente pontuados aquando da sua admissão ao Livro de Adultos ou Reprodutores, segundo a tabela aprovada pelos serviços competentes.

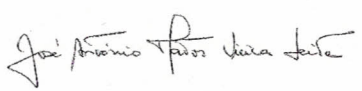
A identificação deste efectivo bovino autóctone foi sempre uma preocupação dos responsáveis do LG, tendo sido usados vários métodos. No início, todos os animais eram identificados com uma marca auricular própria do LG. Mais tarde, é usada a identificação do SIA (Sistema de Identificação Animal) e, ao mesmo tempo a do LG. Foi ensaiado, também, sem grande êxito, a tatuagem feita nas orelhas dos animais. Hoje, socorre-se das mais sofisticadas técnicas de identificação animal. A partir do ano 2000, todos os animais inscritos no LN e respectivos pais são caracterizados por perfil genético, com base na técnica do DNA, paralelamente à identificação por marca auricular do Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos. Este perfil genético torna possível a comprovação da paternidade, a traçabilidade da carne e ainda a caracterização genética da raça.

O cuidado usado na escolha e testagem de reprodutores para recolha de sémen é um desafio que se impõe, mas que só se torna possível depois de se tratar informaticamente todo um manancial de vinte anos de registos.

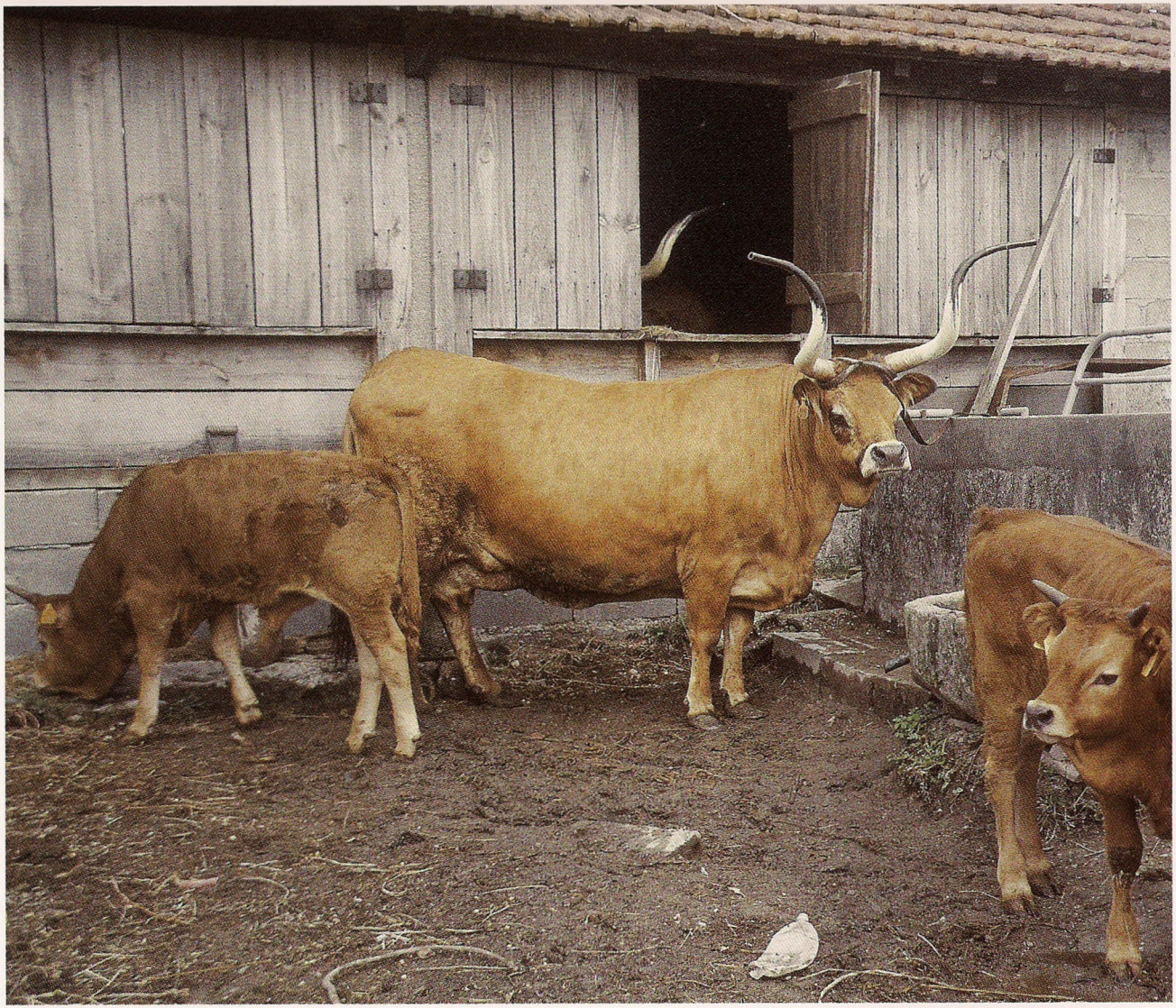
Todo o rigor usado, quer nos registos, quer na IA e nos postos de cobrição, serão necessários para fazer a preservação, selecção e melhoramento de uma das raças cujos atributos passam, não pela precocidade, mas pela excelente carne que produz.

Na década de setenta, a redução drástica dos efectivos pecuários do Norte de Portugal ficou a dever-se ao cruzamento indiscriminado, procurando-se a heterose ou vigor híbrido dos produtos, sendo quase fatal para estas raças de bovinos. Hoje, tratando-se de igual maneira, em termos de comercialização os cruzados e os autóctones, poderemos estar a criar condições para que se volte a reduzir novamente o efectivo autóctone.

Os apoios comunitários ou nacionais dados às raças autóctones são fulcrais para a sua manutenção. Não poderemos deixar de pensar que só nos tornamos um país apelativo para o turismo se contarmos com a excelência dos produtos naturais que ainda temos, aliados à beleza e encanto das nossas raças pastoreando as nossas serras. Defende-se, assim, os criadores do êxodo rural, sendo menos oneroso mantê-los nas suas aldeias de origem do que nas cidades.



José António Matos Vieira Leite
Secretário Técnico do Livro Genealógico da Raça Barrosã



PARÂMETROS REPRODUTIVOS

"Poucos filhos são iguais a seus pais:
A maior parte são piores;
Há poucos que possuam mais mérito."

(Homero, Odisseia)

"vim a este campo, que vejo,
Por dar vida a êste gado,
Vi acabado um desejo,
Outro maior começado:
Às minhas vacas dei vida
E a mim a fui tirar..."

(Bernardim Ribeiro, Éclogas)



A EFICIÊNCIA REPRODUTIVA é um dos factores que mais condiciona a produtividade nos sistemas de produção bovina semelhantes ao da raça Barrosã e pode ser avaliada em função de 2 parâmetros simples:

i) idade ao primeiro parto das novilhas;

ii) intervalo entre partos das vacas.

O primeiro destes parâmetros depende, fundamentalmente, da idade à puberdade e, o segundo, da duração do anestro após o parto. Estes sistemas têm como valores objectivo a média de 2 anos para a idade ao primeiro parto e o máximo de 365 dias de intervalo entre partos.

A informação disponível no Livro Genealógico da Raça Barrosã permite-nos não só calcular o valor real destes parâmetros, mas também avaliar alguns dos factores responsáveis pela sua variação, o que possibilita a indicação de alguns caminhos para a sua melhoria.

Os registos de 2210 animais indicaram-nos os valores médios de 605 dias (20 meses) para a idade à primeira fecundação e 891 dias (29 meses) para o primeiro parto. Os 15% de animais com idade ao primeiro parto inferior a 24 meses permitem, contudo, antever a possibilidade de diminuir o valor deste parâmetro. Existem 2 possibilidades para o fazer: **i)** através de programas de melhoramento genético com o objectivo de diminuir a idade média à puberdade (salientamos que a idade à puberdade também se relaciona, de forma desejável, com outras características como o potencial leiteiro e a taxa de fertilidade) e/ou **ii)** melhoria das condições ambientais, sobretudo a nível alimentar (as vitelas barrosãs para substituição devem atingir um peso vivo mínimo de 135 kg ao desmame e de 220 kg ao ano de idade).

Regimes alimentares adequados permitem que as vitelas desta raça atinjam a puberdade antes dos 16 meses de idade o que possibilita, desde logo, a antecipação do primeiro parto para valores próximos dos 27 meses, ou seja uma redução de 2 meses. Devido à variação de qualidade dos alimentos disponíveis ao longo do ano, as vitelas nascidas no Outono-Inverno ficam gestantes mais cedo (594 dias) do que as nascidas na Primavera-Verão (614 dias). Nas explorações do Barroso a primeira fecundação também ocorre mais cedo (584 dias) do que nas do Minho (617 dias) devido, possivelmente, a algumas particularidades dos modelos de produção (tamanho do efectivo, regime de estabulação, utilização da vaca para trabalho, etc).

O intervalo entre partos corresponde à soma do intervalo parto-fecundação com a duração da gestação e depende, fundamentalmente, de factores ambientais. A duração da gestação varia pouco e, na raça Barrosã, tem o valor médio de 287 dias.

O intervalo parto-fecundação, calculado com base em 18706 registos, foi de 133 dias e o intervalo entre partos de 420 dias. Realçamos, no entanto, o facto de mais de 40% das vacas ficarem gestantes nos primeiros 90 dias após o parto. Se tivermos em conta um prejuízo estimado em 250$00 por cada dia que ultrapassa os 365 podemos concluir que, só por si, a correcção do valor deste parâmetro permite aumentar o rendimento bruto médio por vaca e ano em cerca de 13750$00.

O intervalo parto-fecundação, ao ser menor nas vacas paridas tanto no Barroso (119 dias) como durante a Primavera (128 dias), realça o impacto dos factores de origem ambiental, sobretudo o maneio reprodutivo e alimentar, na sua duração. Nas novilhas este intervalo é maior do que nas vacas adultas (149 vs 131 dias), o que se justifica pela sua maior sensibilidade às restrições de origem alimentar.

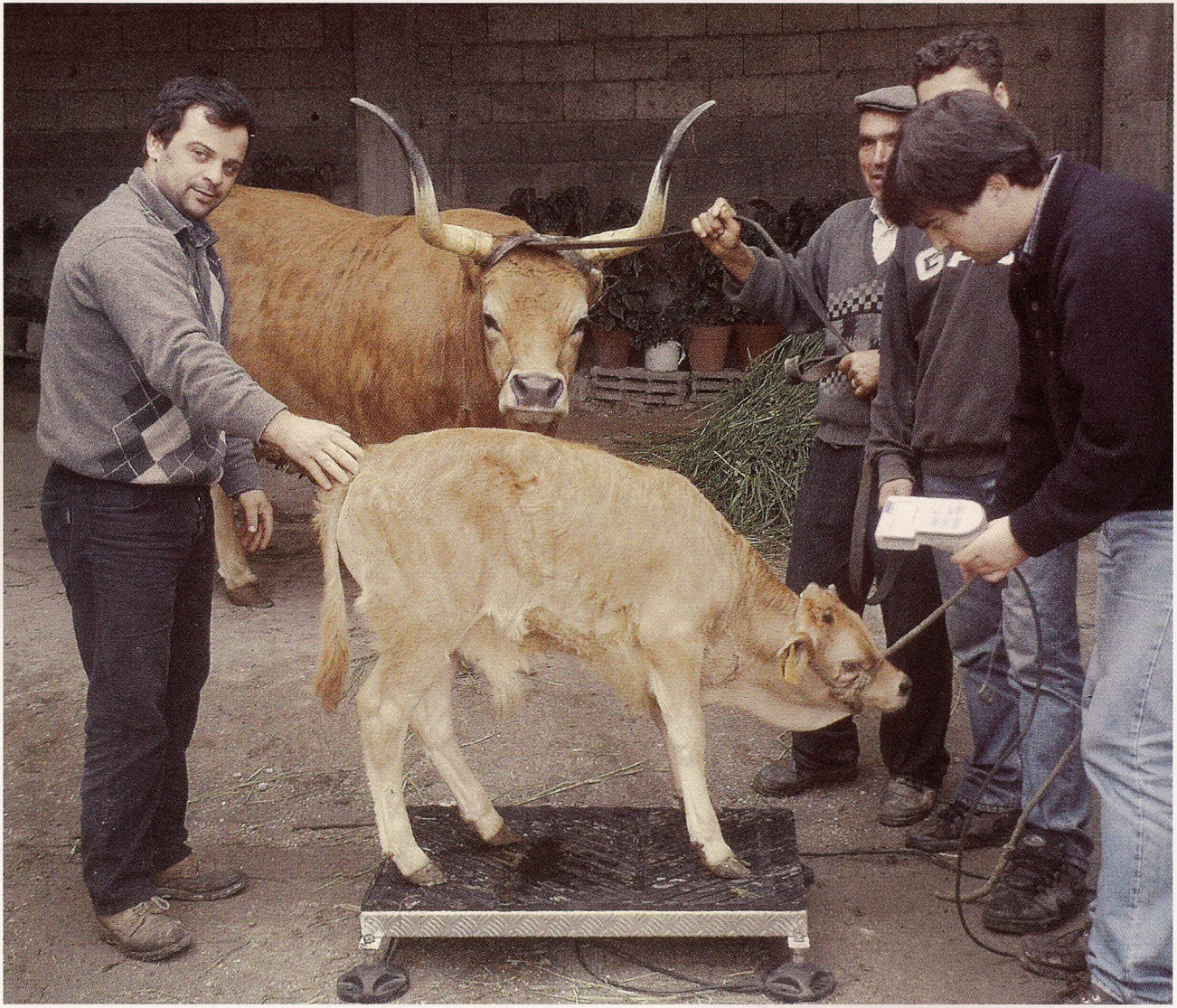


A incidência de partos distócicos é muito reduzida na raça barrosã e não interfere, de forma negativa, na duração do intervalo entre partos.

Esta raça também é caracterizada por ter uma grande longevidade reprodutiva, o que se traduz numa idade média do efectivo calculada em 7,6 anos e numa reduzida taxa de substituição (cerca de 10% ao ano). A curto prazo, esta característica traz vantagens económicas para o criador que são óbvias. A longo prazo, contudo, obriga à tomada de algumas medidas com o objectivo de evitar os seus inconvenientes. Damos 2 exemplos: **i)** a intensidade de selecção é reduzida, o que obriga a um cuidado suplementar na escolha tanto dos touros reprodutores como das vacas potenciais mães de vitelas de substituição; **ii)** como a estrutura etária do efectivo não está estabilizada, o número elevado de vacas com 10 ou mais anos de idade (≈37%) localizadas, na sua maioria, em explorações de pequena dimensão (menos de 5 animais) tornam a sua substituição difícil, o que pode implicar uma redução do efectivo não desejável.

Em suma, podemos realçar não só os bons parâmetros de eficiência reprodutiva encontrados na raça Barrosã, mas também a existência de um importante potencial para a sua melhoria.

José Carlos Marques Almeida
Professor Auxiliar
Dept. Zootecnia, UTAD



UM CENTRO DE REPRODUÇÃO PARA BOVINOS AUTÓCTONES

"A videira é a glória das árvores,
As uvas da videira,
Os touros dos rebanhos,
As searas dos campos férteis."

(Virgílio, Bucólica V, 70 a .C.)

"Tem-se em morphologia bovina como belleza absoluta,
o espinhaço direito,
costado largo em cima e assim os lombos,
ancha garupa e bem alcatreira,
fornidos pernões de bastas chãs."

(Silvestre Bernardo de Lima , 1873)



A melhoria dos índices associados à eficiência reprodutiva dos efectivos da raça Barrosã, bem como das outras raças de bovinos autóctones da Região de Entre Douro e Minho, constituiu desde sempre uma preocupação de quantos se debruçaram, por dever ou devoção, sobre as condições de exploração deste tipo de animais.

Tradicionalmente, a reprodução destes efectivos baseava-se na utilização de touros reprodutores em postos de cobrição natural, situação que ainda hoje tem grande expressão e importância. Foi nesse contexto que, nomeadamente à medida em que a dispersão dos efectivos e a diminuição das populações residentes na área de criação levantaram dificuldades crescentes, se ponderaram e levaram à prática alguns processos de recria, selecção e distribuição racional de reprodutores pelos postos de cobrição natural. Mais recentemente, a rede de sub-centros de inseminação artificial tem possibilitado também a utilização deste método de reprodução, com reconhecidas vantagens a nível sanitário (protecção em relação a doenças infecto-contagiosas) e zootécnico (uso selectivo de reprodutores).

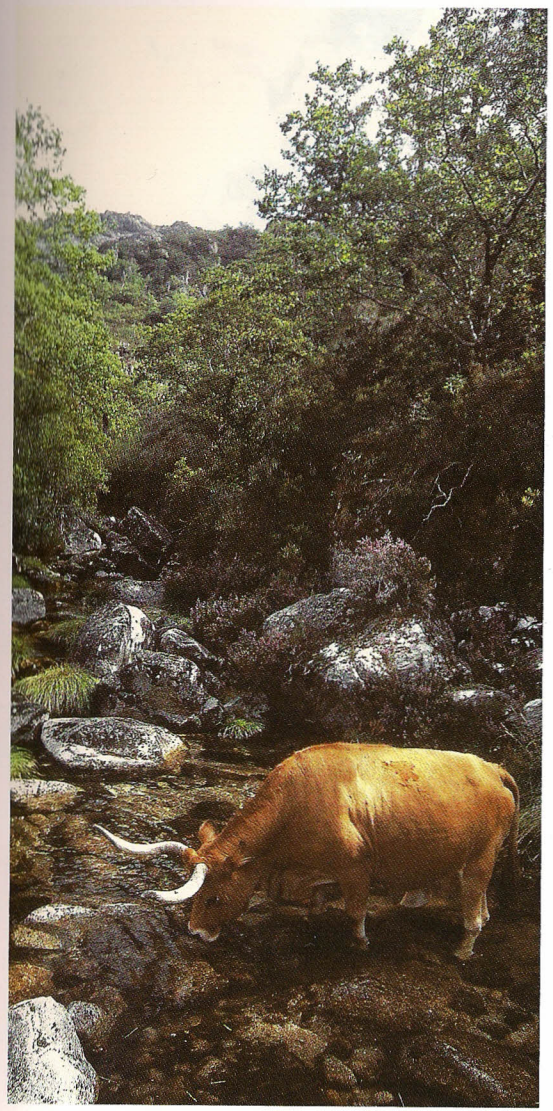
A colaboração estabelecida entre a DRAEDM, a AMIBA e a Secretaria Técnica do Livro Genealógico da Raça Barrosã permite que, desde 1981, se mantenha um esquema regular, embora não uniforme, de recria, testagem, selecção e distribuição de touros reprodutores para postos de cobrição e utilização na inseminação artificial. Esta actividade utiliza, desde 1994, as instalações da Estação Regional de Produção Animal da DRAEDM, em S. Torcato, Guimarães.

Porém, se esta questão sempre assumiu grande relevância quando se tratava "apenas" de garantir a reprodução dos efectivos visando a obtenção de um produto muito valorizado no mercado – a carne barrosã produzida a partir dos recursos naturais das zonas onde se cria, constitui hoje também **um grande desafio e uma responsabilidade adicional: garantir a preservação da raça e a sua variabilidade genética.** Assim, às preocupações de natureza sanitária e zootécnica é necessário incorporar esta nova faceta da questão. Importará, por isso, proceder a uma avaliação dos procedimentos actuais e perspectivar um novo modelo de actuação, quer do ponto de vista técnico-científico, quer ao nível das infra-estruturas e dos aspectos institucionais.

Sem qualquer intenção que não seja a de contribuir, modestamente, para o início da discussão destas questões à luz do novo desafio em presença, poder-se-ia identificar, no patamar técnico-científico, o prosseguimento dos estudos relativos à caracterização genética da raça (actualmente já em curso em Laboratórios de Instituições Universitárias), bem como estudar outros aspectos relativos à fisiologia da reprodução, visando a obtenção de informação a integrar no conjunto de descritores do material a conservar num Banco de Germoplasma Animal criado para o efeito (sémen, oócitos e embriões).

Do ponto de vista infra-estrutural, muito provavelmente se concluirá, por exemplo, da necessidade de manter núcleos de fêmeas reprodutoras, que serão também o material a utilizar nos estudos de fisiologia da reprodução, bem como aumentar ou melhorar a capacidade laboratorial (espaços e equipamentos) para estudo do perfil genético dos efectivos.

Não nos parece que os tradicionais "centros de melhoramento" que, na prática mais não são do que estruturas para testagem de reprodutores masculinos, possam dar resposta adequada a todas estas novas necessidades. Também não nos parece ser possível



que qualquer das instituições envolvidas, dada a diversidade de tarefas e de especialidades, consiga, por si só, concentrar a responsabilidade de executar todas as valências em causa.

Assim sendo, parece-nos que **um novo conceito de "centro de reprodução" não deverá corresponder a uma noção de espaço físico, mas antes a uma maneira de articular a actividade especializada de cada uma das entidades envolvidas** – criadores, associação de criadores, instituições científicas, serviços oficiais, etc. – **por forma a garantir a boa realização de todas as tarefas necessárias**.

A dinâmica dos seus criadores e da sua estrutura associativa, fez com que a raça Barrosã fosse sempre algo pioneira na busca e na prática de soluções inovadoras para resolver desafios como o que agora se coloca. Será que tal voltará a suceder com a criação de centro de reprodução que, funcionando conforme o modelo proposto, pudesse servir também as outras quatro raças de bovinos autóctones na Região?

Acreditamos que sim!

RUI M. P. MARTINS
Director de Serviços de Agricultura da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM)

NUNO M. C. SALVADOR
Chefe da Divisão de Produção Animal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM)



A RAÇA BARROSÃ: QU

"Vê o mundo, oscilante na sua massa redonc
Vê as terras e a vastidão do mar e o céu ime
Vê como tudo se alegra com o século vindo

(Virgílio, Bucólica IV,

"...Toda a terra produzirá tudo.
O solo não suportará arados, nem as vinhas
O lavrador robusto também tirará a canga aos

(Virgílio, Bucólica IV,



A RAÇA BARROSÃ: QUE INVESTIGAÇÃO?

"Vê o mundo, oscilante na sua massa redonda;
Vê as terras e a vastidão do mar e o céu imenso.
Vê como tudo se alegra com o século vindouro!"

(Virgílio, Bucólica IV, 70 a.C.)

"...Toda a terra produzirá tudo.
O solo não suportará arados, nem as vinhas foices.
O lavrador robusto também tirará a canga aos touros."

(Virgílio, Bucólica IV, 70 a.C.)



A TEMÁTICA SUGERIDA PELA AMIBA – "uma investigação pensada para a raça barrosã" – justifica a interrogação: que investigação? – Isto porque não se ignora todo o conhecimento acumulado sobre estes bovinos: em resultado da experiência adquirida por gerações de agricultores/criadores, mas também dos estudos científicos e técnicos. Isso mesmo se reflecte nesta publicação; tornando, pois, evidente que já muitos outros não só pensaram a investigação a desenvolver como a têm realizado.

Assim, uma "investigação para a raça" exige, desde logo, avaliar os conhecimentos existentes, em particular os resultados dos estudos mais recentes; ou seja, compilar e analisar criticamente o que está feito. Mas, analisar em função de quê? – por certo, em função de um grande objectivo: a conservação da raça; a qual, *na ignorância das necessidades genéticas do futuro se inscreve antes de mais no cuidado mais global de preservação da biodiversidade que é na actualidade um dos desafios a que a humanidade deve fazer face*[1]. Conservação que se entende alicerçada numa realidade de sistemas agrários e de produção específicos – em contraponto a redutos laboratoriais ou de jardins zoológicos.

Indissociável da opção estratégica de manutenção dos efectivos animais *in situ*, assume-se como pertinente para o futuro da barrosã, e naturalmente para o delinear da "investigação" a prosseguir, o conceito de raça apresentado por A. Audiot: *um «sistema social» implicando um recurso biológico, mobilizando raízes culturais (origem e história), revestindo dimensões administrativas que lhe conferem um caracter oficial, definindo-se por uma representação com vista a obter rendimento no quadro de sistemas de produção definidos.* Deste modo, se em dado momento a situação da raça corresponde à resultante da interacção de diferentes relações sociais, com lógicas distintas inerentes aos respectivos agentes/actores, a vertente central a fixar traduz-se na procura de resposta às exigências dos *diferentes actores*; em suma, a forma mais eficiente de defesa do património genético e cultural consubstanciado na barrosã é a da sua *valorização económica* sustentada nas características locais onde se insere.

Para tanto, é essencial não abstrair do contexto em que esta bovinicultura marca presença. A esse propósito, retenha-se para um traço impressivo a região Norte: cerca de 67% do território ocupado pela agricultura e/ou floresta; 98% das explorações agrícolas, dominando 90% da SAU, detidas por agricultores *individuais*, sobretudo de natureza *familiar* (perto de 95%, com cerca de 80% da SAU); assinalável expressão – social, territorial e económica – da "pequena agricultura"[2] (80%); muito acentuada importância das famílias para as quais a unidade agrícola constitui uma fonte secundária dos seus réditos (60% das famílias de agricultores *individuais*, contra menos de 10% das que declaram viver em exclusivo dos proventos da exploração); do total de agricultores *individuais*, 25% são da "pequena agricultura", idosos e auferem os rendimentos familiares principalmente do exterior da exploração – não chegam a 5% os que, com menos de 40 anos, retiram os réditos familiares só da exploração; o contributo da barrosã para a produção regional de carne de bovino estima-se em 6% (perto de 3% da produção nacional).

Nas circunstâncias actuais, a aludida *valorização*, inserida na óptica mais abrangente do desenvolvimento rural, decorre da função produtiva – uma "raça tradicional produtora de carne de alta qualidade controlada com a garantia de DOP" – e, em simul-

tâneo, do seu papel como "instrumento" na gestão do espaço rural.

Em referência à função produtiva é decisivo o desempenho dos agentes responsáveis pela colocação dos produtos – a entidade de certificação e o agrupamento de produtores que tem a seu cargo a comercialização. Nestes elos finais da cadeia, em que está em causa o pulsar do consumidor, é fundamental a inovação em termos da procura de novos produtos, das formas de garantia da qualidade, da promoção cultural – aumentando o valor económico dos bens, mas, sobretudo, minimizando os encargos.

Todavia, cabe aos agricultores/criadores, a acção fulcral na manutenção do efectivo norteada na perspectiva de gerar produtos alimentares e territoriais (utilização do espaço) de qualidade. E, neste plano, torna-se essencial dominar a diversidade dos criadores/agregados familiares, e inerentes sistemas de produção – as suas lógicas de funcionamento, mormente no tocante à representação da barrosã, são diferenciadas. Há, assim, a um nível, e porque as estruturas associativas têm um papel crucial – destaque para a gestão do *Livro Genealógico* ou do *Registo Zootécnico* –, que encontrar os processos próprios de participação de actores com diferentes projectos individuais e, por seu turno, "descobrir" as tecnologias e os itinerários técnicos que se ajustem aos *tipos* principais de criadores. Em matéria de desenvolvimento tecnológico impõe-se a incidência nos seguintes domínios: alimentação, implicando a disponibilidade/conservação de recursos ao longo do ano, em articulação com os percursos dos gados nos espaços exteriores às explorações (baldios, p.e.) – utilização e gestão do território; saúde dos efectivos; maneio reprodutivo.

Em conclusão, que investigação? – a que faculte o conhecimento que sustente, como escreve A. Audiot, a *concretização de estratégias, articulando as variáveis técnicas, sociais, culturais e económicas*, de identificação das mais adequadas formas de gestão das populações animais (mantendo uma base genética explorável) e de organização dos (diferentes) operadores garantes da coerência própria da barrosã e da sua perenidade nas paisagens "Do cimo de Portugal. Do cume dos montes do Norte. Do mais agreste dos climas".

---

1 Chauvet et al., 1993, in A. Audiot, 1995.

2 Identificada com o conjunto das explorações *muito pequenas* – dimensão económica inferior a 4 unidades de dimensão europeia (1 UDE=240 contos), com 2,4 ha de superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração – *e pequenas* (de 4 a 16 UDE, com 7 ha de SAU/expl.) – cf. GPPAA – *Agricultura Portuguesa. Principais Indicadores* – 2000; sendo a sua relevância expressa por um índice que congrega os pesos relativos de: n.º de explorações (social), SAU (territorial) e margem bruta padrão (económico) – com base em INE – *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas,1997*. Outras fontes de informação: *Plano de Desenvolvimento Rural 2000-06* (versão de 29/2/00); GPPAA – *Anuário Pecuário 2000; Guia dos Produtos de Qualidade 99*, LiGalu edições.

Referências bibliográficas

AUDIOT, Annick –1995 – *Races d'hier pour l'élevage de demain*. Col. "Espaces Ruraux", INRA.

ROLO, Joaquim Cabral – 2000 – "Informação sobre o Garrano: base do conhecimento para a sua preservação", *in* Gouveia, A. et al. (coord.) – *Os Milénios do Garrano*. Ed. ACERG.

Joaquim Cabral Rolo
Eng.º Agr.º, Investigador do INIA



A RAÇA BARROSÃ NO ECOSSISTEMA DO NORTE DE PORTUGAL

"Manhã no campo. O som, a luz, o aroma, a cor,
Fundem-se alegremente em galas festivais.
A luz por todo o espaço, o aroma em cada flor,
O som na passarada, a cor nos vegetais."

(Augusto Gil, Obra Poética)

"E ao lado da inocência dos cordeiros,
Os bois erguem os olhos e ruminam
Metafísicos, densos nevoeiros,
Vagas religiões e vagos mitos..."

(Teixeira de Pascoais; Marânus)



Não sendo especialista na matéria nem tendo tido ao longo da vida uma convivência pacífica com animais de grande porte, respeito-os pela imponência que lhes é peculiar e por tudo o que têm de sagrado, pelo passado que encerram, pelas relações biunívocas que se desenvolveram à sua volta e pela lição de adaptação inconformada que transmitem e que subsiste nos dias de hoje.

No meu imaginário de criança, as vacas eram todas amarelas. A minha informação de então, por viver numa exploração agrícola dos arredores de Braga, baseava-se fundamentalmente na observação dos factos do dia a dia. Não sabendo distinguir qualquer das raças até por desconhecer a sua diversidade, grande foi o meu espanto ao confrontar-me com animais a preto e branco, que veria mais tarde serem tratados de forma diferente. E na minha maneira de ver com muito mais cuidado, pois além de melhor instalados, eram-lhe poupados esforços físicos face à utilização que me era familiar.

Hoje vejo o quanto essa alteração teve implicação na redefinição do espaço que essas raças ocupavam e nos sistemas de produção em que estavam inseridas. A necessidade da adopção de políticas produtivistas e, consequentemente, de práticas de intensificação agrícola, levou à redefinição de espécies animal e vegetal em termos da sua utilização. Assim se justifica, dada a qualidade dos solos da faixa litoral do Noroeste, a substituição de animais de raças autóctones de aptidão carne por outras raças cujo potencial produtivo encontrava resposta ao nível da capacidade produtiva desses solos.

A Raça Barrosã, outrora presente em todo o Noroeste de Portugal, passa então a ocupar zonas consideradas marginais para a prática de uma agricultura intensiva.

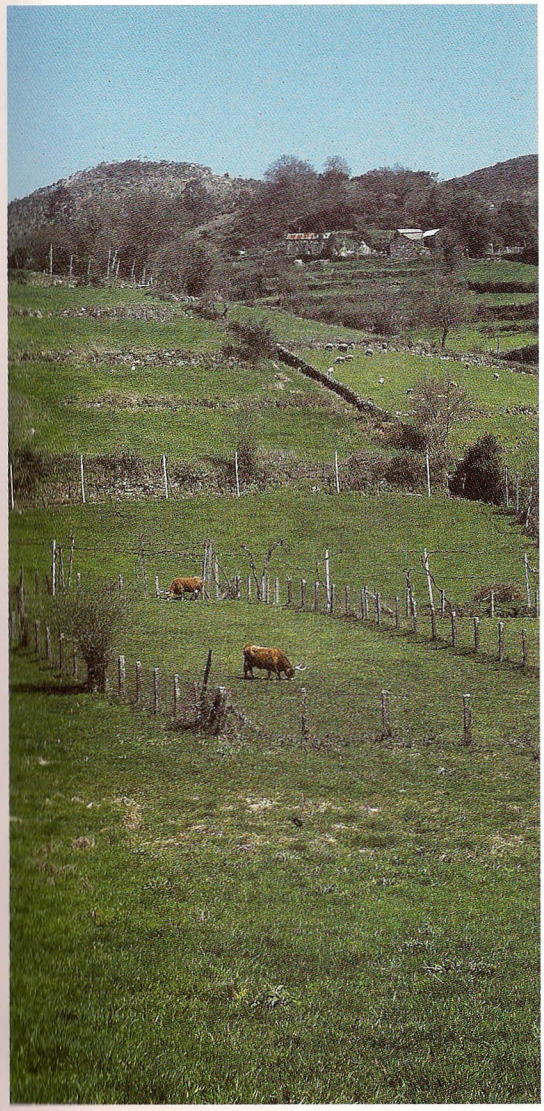
E hoje, falar dela, é falar em economia de montanha. Economia de montanha onde, como ontem, o gado é uma das suas maiores riquezas. Normalmente associada a pequenos ruminantes, a Raça Barrosã é foco de cultura em torno da qual a vida se move, se organiza e se perpetua.

Por isso, falar da Barrosã é também falar dos Homens. Homens que no seu quotidiano tiveram o saber necessário não só da preservação e manutenção da raça, como também da sua utilização em prol da própria sobrevivência. Sobrevivência essa que viria a ditar um sistema sagrado de equilíbrio natural, hoje reconhecido como um dos sistemas mais sábios de relação com a natureza, matizado por contornos específicos mas semelhante no seu todo.

Baseados numa relação interdependente da prática da actividade agrícola e da pastorícia, onde uma não subsiste sem a outra, é o próprio sistema que condiciona a existência do homem no seu seio e lhe impõe formas próprias de vida. A agricultura, a pastorícia e o povo que as pratica constituem um sistema indissociável, caracterizado por um aproveitamento levado às últimas consequências, onde é impensável separar qualquer das partes.

O produto final deste sistema é afinal a própria sobrevivência, onde a barrosã continua a representar a sua maior valia. Outrora utilizada ainda como fonte de tracção, teve um papel determinante na modulação da paisagem e na humanização que lhe é consequente. Hoje, maioritariamente substituída nessa função pela tracção mecânica, assume simplesmente o papel de produção, sendo o produto daí resultante detentor de uma Denominação de Origem Protegida.

Sediada como se disse, nas zonas menos favorecidas para a prática de uma agricultura intensiva, a



Raça Barrosã identifica mais que uma prática: identifica uma cultura. A cultura de um povo que soube resistir, e sabe-se a que preço e com quanto sacrifício, às adversidades impostas em nome de um processo de desenvolvimento onde as palavras respeito e coesão não tinham qualquer significado.

E talvez porque o resultado desse processo tenha mostrado à evidência as suas próprias fragilidades, eis-nos hoje empenhados a perspectivar e a aplicar novas políticas de coesão territorial.

E a fazer uma Homenagem à Raça Barrosã.

Maria Ângela Vasconcelos.

MARIA ÂNGELA VASCONCELOS
Sub-Directora Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho



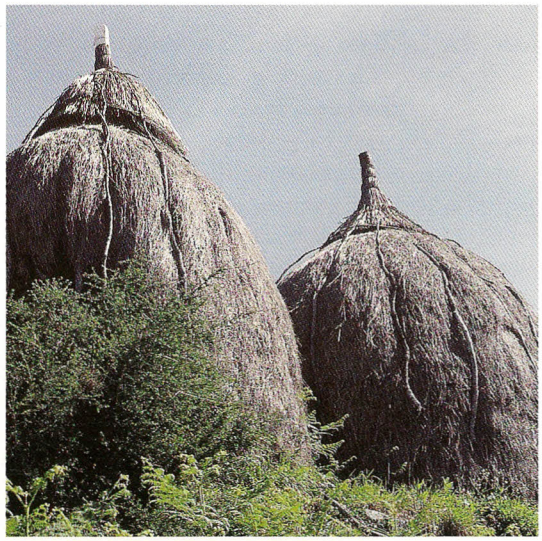
SISTEMAS DE PRODUÇÃO

"Quem nas ladeiras e prados,
Com as lanças dos arados,
Abriu sulcos e valados
Na terra gélida e nua?
Oh, bailai à volta desses bois deitados,
Que estão d'olhos tristes adorando a lua"

(Guerra Junqueiro, Os Simples)

"Ao sol, fulgura o Oiro dos milhos!
Os lavradores mailos filhos
A terra estrumam, e depois
Os bois atrelam ao arado
E ouve-se além no descampado
Num ímpeto aos bois: – Eh! Bois!

(António Nobre, Só) pg. 74



Presente no Noroeste de Portugal desde tempos imemoriais, a raça barrosã é o resultado de séculos de selecção e adaptação a que foi sujeita, tanto pelo ambiente agreste que caracteriza esta zona, como pelos usos e costumes dos povos que aí habitam.

Considerada a mais bela de entre todas as raças bovinas e sendo quase consensual igual classificação relativamente à carne que produz, não admira que seja hoje, e cada vez mais, explorada principalmente nesta vertente.

Mas nem sempre assim foi. Em tempos, para além do rendimento dos vitelos criados, os animais desta raça eram aplicados nos trabalhos dos campos; transportavam os matos para os estábulos para fazer a cama dos animais, antes de serem novamente levados para os campos e incorporados como fertilizantes para obtenção de boas colheitas. Estas eram trazidas para casa, utilizando sempre a força de tracção animal recorrendo a juntas de bois castrados, ou se as posses fossem menores uma junta de vacas que melhor rentabilizava estas explorações.

Estes animais foram também utilizados, embora em menor escala, na produção de leite, servindo o excedente da amamentação, principalmente para autoconsumo, ficando a convicção de diversos autores que, apesar de em quantidade não concorrer com as raças leiteiras, não lhe ficaria atrás na qualidade, nomeadamente no teor em gordura.

É assim de primordial importância o papel da raça barrosã, para o meio rural, principalmente nas zonas de meia-encosta e de montanha, pois só com a utilização de animais completamente adaptados ao meio envolvente conseguem trabalhar as pequenas parcelas e socalcos, obter os fertilizantes naturais para adubação dos solos pobres e valorizar os parcos recursos alimentares disponíveis (carqueja, tojo). Para além do aproveitamento dos prados e lameiros da exploração, verifica-se em toda a zona de produção uma elevada utilização de baldios e incultos, originada pela pequena dimensão das propriedades e pelos próprios condicionantes do sistema produtivo, em que se tenta arrancar da terra o maior rendimento possível, utilizando frequentemente duas culturas por ano e parcela.

O sistema alimentar, caracteriza-se ainda pela utilização de forragens verdes e conservadas (erva, palha, feno e por vezes silagem de milho), utilizando-se como suplemento o milho (em grão, traçado ou em farinha), o centeio e a batata.

O criador destes bovinos, personagem mítica pela teimosia com que se mantém vivo, guardião destas terras esquecidas e quase abandonadas, apesar da idade avançada e do grau de instrução reduzido (maioritariamente a 4.ª classe), ocupa-se a tempo inteiro das suas terras e dos seus animais, sendo estes a sua principal fonte de sustento. Os bovinos de raça barrosã providenciam cerca de 75% do valor total da receita da exploração.

A área de produção da raça bovina barrosã, que abrange 21 concelhos de quatro distritos, caracteriza-se por possuir zonas produtivas diferenciadas que condicionam o sistema produtivo aí utilizado. Assim, podem considerar-se duas zonas distintas:

1) o Minho – com pequenos produtores de idade avançada e pouca instrução; explorações de área diminuta (3 a 5 ha) e dispersa; efectivos reduzidos (2 a 3 cabeças por exploração) utilizando um posto de cobrição para toda a freguesia ou inseminando artificialmente; animais estabulados em cortes tradicionais e uma reduzida mecanização dos trabalhos agrícolas;

2) o Barroso – com produtores de média dimensão e presença de muitos jovens agricultores; explorações de tamanho considerável (mais de 5 ha) mas bastante dispersas; efectivos médios (cerca de 6,5 cabeças) utilizando touro próprio para beneficiação exclusiva e elevada mecanização do processo produtivo.

De acordo com os dados existentes na Secretaria Técnica do Livro Genealógico da raça barrosã, a primeira cobrição das fêmeas efectua-se entre os 15 e os 24 meses de idade (ainda que possa, nalguns casos ser mais cedo, sendo a média aos 20 meses) provocando o primeiro parto entre os 24 e os 36 meses (sendo mais comum aos 29 meses).

A duração média do intervalo entre partos é de 14 meses, verificando-se uma distribuição dos partos ao longo de todo o ano e uma grande longevidade reprodutiva, que pode ultrapassar os vinte anos de vida útil.

O esforço dos criadores para a manutenção da biodiversidade, dos usos e costumes tradicionais e o contributo para a fixação das populações em meio rural, tem que ser premiado pelos responsáveis políticos, criando medidas de apoio menos burocráticas, de fácil acesso, amparando os pequenos produtores e os frágeis sistemas produtivos.

Conceição Costa Mendes
Lic. Organização e Gestão de Recursos Rurais – AMIBA

Rui Jorge Vieira Dantas
Eng. Zootécnico – AMIBA

Bibliografia

GARCIA, M.L.G., 1964. *A Raça Bovina Barrosã*. Boletim pecuário, 1, ano XXXII.

GARCIA, M. L. G., ROSÁRIO, J.P., ANTUNES,T.M., 1981. *Bovinos em Portugal*. Direcção Geral Serviços Veterinários.

MENDES, M.C.M.C., 1999. *Caracterização dos sistemas produtivos da raça Barrosã*. Relatório Final de Curso de CESE. Escola Superior Agrária de Ponte de Lima.

ALMEIDA, J. C. M., 2000. *Eficiência reprodutiva da raça bovina Barrosã – Caracterização actual e perspectivas de evolução*. Tese de Doutoramento em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.



BALDIOS, SOCALCOS E LAMEIROS: ELEMENTOS DE UMA PAISAGEM GERIDA COM BASE NA CRIAÇÃO DE BOVINOS BARROSÕES

"ó benignas manhãs! tardes saudosas,
em que folga o pastor, medrando o gado,
em que brincam no ervoso e fértil prado
Ninfas e Amores, Zéfiros e Rosas!"

(Bocage, Sonetos)

"E os bois enormes, colossais, fleumáticos,
Na aleluia imensa, triunfal, da aurora,
Vão como bondosos monstros enigmáticos,
Almas porventura d'ermitões estáticos,
Ruminando bíblias pelos campos fora!

(Guerra Junqueiro, Os Simples)



A CRIAÇÃO DE BOVINOS DE RAÇA BARROSÃ está associada a sistemas de utilização agrícola e pastoril de ecossistemas de montanha. Estes sistemas assentam num uso judicioso dos recursos água e solo, por exemplo, através da condução de águas para regar culturas em socalcos ou prados de feno, e numa cuidada organização do pastoreio.

Até há cerca de três décadas, estes sistemas agro-pastoris, isolados e pouco integrados no mercado, estavam organizados em torno da necessidade de cultivar cereais para o abastecimento da comunidade local em pão. Num meio montanhoso, que restringia a fertilidade e a extensão das terras cultiváveis, gerações de agricultores desenvolveram engenhosos sistemas de aproveitamento que, tirando partido das diferenças e complementaridades entre os diversos andares da montanha, assentavam, invariavelmente, na organização do termo de cada aldeia em dois espaços distintos:

- um domínio cultivado, situado geralmente entre o curso de água principal e a meia encosta, com pequenas parcelas de cereal, batata, pousio ou prado, exploradas individualmente, e

- um vasto domínio inculto, o baldio ou "monte", estendendo-se pelos planaltos e encostas envolventes, e compreendendo terrenos de pastagem, matos ou bosques, indivisos e explorados em comum pelos vizinhos.

O gado de raça barrosã sempre foi instrumento crucial para a gestão de todo o sistema agro-pastoril e, em particular, para assegurar a sua perenidade no tempo. Através do pastoreio no monte e do posterior aproveitamento dos estrumes, uma apreciável quantidade de nutrientes vegetais (sobretudo azoto) é anualmente transferida do inculto para as parcelas cultivadas, onde contribui para a reprodução da fertilidade do solo.

No sistema agro-pastoril tradicional, a alimentação animal e o pastoreio estavam organizados de modo a maximizar o aproveitamento das pastagens do baldio, durante a Primavera-Verão, a fim de libertar as poucas terras cultiváveis para a produção de alimentos humanos. No entanto, na montanha, a produção de erva é nula durante os meses de Inverno, pelo que a manutenção dos animais ao longo de todo ano está sujeita à disponibilidade de uma quantidade suficiente de forragens conservadas (feno, palha de milho...), cuja produção tem de ser assegurada nos terrenos privados.

Embora partilhando esta estratégia comum de aproveitamento dos ecossistemas da montanha, podemos distinguir três modalidades de organização do pastoreio dos bovinos barrosões no contexto da montanha do Noroeste de Portugal.

1. Em Castro Laboreiro, toda a vida social era, ainda há pouco, moldada pelo movimento anual de subida e descida do gado das pastagens do monte. As famílias mudavam de residência, levando haveres e alfaias, para acompanhar os seus animais. As aldeias de Verão, ou brandas, estão localizadas no bordo do planalto, a 1000/1100 m de altitude. Constituem verdadeiros povoados, com as suas habitações permanentes e cortes, de onde o gado bovino irradia diariamente para as pastagens de monte. Não se organizavam rebanhos comuns de bovinos. Nas brandas, pratica-se ainda uma agricultura de centeio e lameiros de feno e reside-se de

Março a Dezembro. Os meses mais frios são passados em povoados situados no vale – as invernei-ras –, de onde o gado sai para pastar em terrenos privados nos dias de bom tempo.

2. As aldeias dos vales da periferia da Serra do Gerês estão situadas a baixa altitude (250 a 700 m), pelo que, nos socalcos junto da aldeia, cresce milho irrigado no Verão e erva no Inverno. Ambos proporcionam a base da alimentação outono-invernal dos bovinos barrosões. Já os terrenos de pastagem de monte ficam tipicamente situados entre 600 e 1.600 m de altitude, no interior desabitado da serra e muito dispersos por entre zonas rochosas e escarpadas. As distâncias a percorrer para os aproveitar não permitem que o gado regresse a casa à noite. Assim, o pastoreio estival do monte assentava na associação, em vezeira, dos criadores de um ou mais povoados. A manada comum era pastada à vez pelos diversos criadores. A vezeira partia para o monte em Maio, ocupando um primeiro curral, onde o gado se reunia para pernoitar após pastar as encostas vizinhas. Ao anoitecer chegava novo pastor e, no dia seguinte de manhã, o pastor rendido descia à aldeia. Após alguns dias, a vezeira mudava-se para o curral seguinte, e assim ia subindo a serra, à medida que o Verão avançava. Aproximando-se o fim do Verão, a vezeira ia descendo a serra até regressar à aldeia em fins de Setembro.

3. Nos planaltos elevados de Barroso, as pastagens mais baixas estão sempre acima dos 800/900 m de altitude. O período de repouso invernal da pastagem é, assim, longo, pelo que é necessário garantir uma reserva apreciável de feno para o Inverno. Daí que, para que a maior parte do crescimento de erva nos lameiros seja aproveitada para feno, o gado abandone as parcelas de lameiro logo no princípio da Primavera, pastando de seguida algum centeio semeado para o efeito, e passando, em Maio, para o baldio, onde se mantém até ao fim do Verão. Nas aldeias com maiores baldios, o gado fica mesmo de noite no monte, sem qualquer vigilância. Logo após as primeiras chuvas outonais, o gado entra de novo nos lameiros (agora já depois do corte para feno), onde pasta durante o Outono. Depois de Novembro, o gado mantém-se sobretudo à custa de feno administrado na corte.

José Manuel Lima Santos
Professor
Instituto Superior de Agronomia



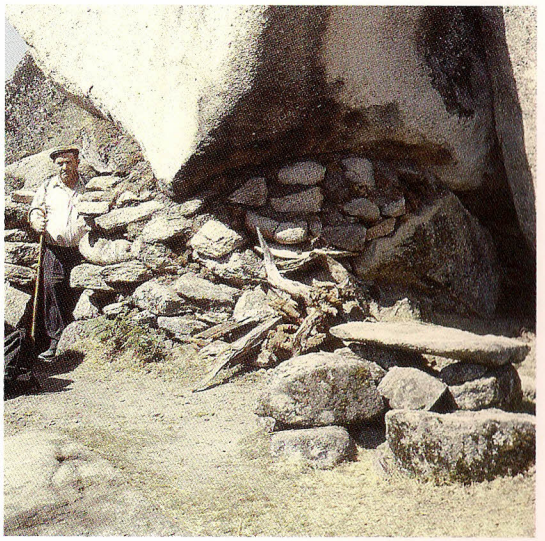
AS VEZEIRAS

"Quando aqueles que chegavam
Olhavam os que partiam
Os que partiam choravam
Os que ficavam sorriam.

(Mário Cesariny de Vasconcelos, poesias)

"Aqui por estes abrigos
(os mais debates deixemos)
virão ver-me os bons amigos;
ao sol nos entenderemos,
falando em tempos antigos,
e depois dos meses mil
Quiçais inda dirá alguém,
Olhando este meu covil:
– por aqui cantava o Gil
sem queixa de ninguém."

(Sá de Miranda, Poesia e Prosa)



Em 1859, escrevia Silvestre Bernardo de Lima que "Um rebanho de Vezeira, é a reunião de cabeças de gado de uma mesma espécie, pertencentes a diversas pessoas mas de uma mesma povoação – em um rebanho comum ou adúa, que é pastoreado à vez, nas terras pastorais sujeitas ao pasto comum, pelos donos das rezes que o compõem, ou por pegureiros assalariados para esse serviço pelas pessoas contribuintes da Vezeira; – de modo que este serviço correndo assim por todos, a todos fica pouco oneroso e quasi gratuito. – os rebanhos que mais ordinariamente andam em Vezeira são os da rez meuda; - poucas Vezeiras há de armentio".

"As rezes reunem-se no rebanho comum a hora determinada, que é anunciada ou por pregão público nas ruas «deita a rez a Vezeira» ou por toque de buzina, como presenceamos em Gralhas para a Vezeira de gado meudo, ou por toque de sino, como é uso em Pedrario – e nós o observamos em Tourém para a vezeira das bezerras. – E assim o toque do campanario que congrega a grei dos fieis para a oração ou pasto espiritual, congrega a grei pecuária para o pasto material, notável singularidade, que significa a nosso ver a muita consideração e importância, o grande desvelo, cuidado e amor mesmo que há na criação dos gados."

"Onde há Vezeira do gado vacum, anda este, noite e dia em apascento na serra desde o primeiro dia de Maio até ao dia de S. Miguel (29 de Setembro). De madrugada apascoa-se na baixa dos montes ou nos vales; amontoam para os altos na força do calor do dia; e à noite junta-se o rebanho, ao ar livre, num ponto circunscrito e determinado a que chamam, se a memória não nos falha, em alguns lugares o rebolal ou reboleira, e noutros lugares os currais ou tapadas, e aqui passa o gado, amalhado, a noite inteira.

Há várias Vezeiras armentosas em Barroso; as mais notáveis são: as de Tourém, Pitões, Padronelos, Cabril, e a das Honras de Campos".

"Nas Vezeiras da serra andam um ou dois pastores a pastorear, mas como é por vez, ou à roda, vão à noite outros tantos para os substituir, de modo que ficam nos currais ou tapadas dois a quatro pastores, nas suas respectivas cabanas, a guardar o gado. Estas tapadas de apriscada são duplicadas, para alternarem de anos para anos, semeando-se, e dando boas searas pela estrumada que aí existe, no ano ou anos em que não servem de currais. – Em algumas Vezeiras é costume quando o pastor ou pastores chegam à noite ao curral para render os que lá estão, receberem destes a ceia; mas têm no dia seguinte de retribuir esta fineza e bom acolhimento, com um almoço bem servido a seu modo aos que deixam a grei. – Na vezeira da Cabreira é outro o costume; há um pastor adueiro pago pelo dono das vacas que constituem o rebanho comum, o qual adueiro recebe meia raza de pão (meio alqueire) e um arrátel de toucinho por cada cabeça que guardar".

Em 1906, Tude Martins de Sousa referia-se ao regime pastoril dos povos da serra do Gerez deste modo:

"Os regulamentos das Vezeiras em pastoreação na Serra do Gerez, os usos e costumes destas Vezeiras vêm já de tempos em que não há memória nem notícia".

Este autor, para além de tecer preciosas considerações acerca das Vezeiras do Gerês, que em linhas gerais, não diferem muito do que foi referido por Bernardo de Lima, transcreve neste trabalho os regulamentos das Vezeiras das vacas de Vilar da Veiga, de Rio Caldo, de Covide e de Vilarinho da Furna.

Comentando estes regulamentos, afirma que "ressalta evidente o princípio de comunidade. São organizações genuinamente democráticas. O coope-

rativismo, as associações e sindicatos agrícolas e todas as creações modernas, em que se aplica à agricultura o princípio de associação, têm, sem dúvida nenhuma, um ancestral respeitável nas montanhas do Gerês".

Em 1975, nas minhas deambulações estivais de curioso andarilho pelas elevadas serranias do Minho e do limítrofe Trás-os-Montes, ainda deparei com manadas de bovinos nas serras Amarela e Mourela.

Hoje, em Tourém, Pitões das Júnias, Padornelos e Cabril, do concelho de Montalegre, as Vezeiras acabaram, mas os criadores mandam os animais para a serra durante o Verão, mas unicamente vão as vacas. Os animais permanecem na serra sem pastor, deslocando-se o criador à serra uma vez por semana ou quinzenalmente para os observar.

Em Ribeira, Covide, Campo do Gerês e Vilarinho da Furna (já desaparecido, alagado pela barragem), do concelho de Terras de Bouro, também acabaram as Vezeiras, utilizando-se o mesmo sistema das freguesias do concelho de Montalegre.

Somente subsistem as Vezeiras de Rio Caldo e de Vilar da Veiga.

Em Rio Caldo os animais sobem à serra no fim de Maio e regressam no dia 8 de Setembro. Os animais são acompanhados pelo dono das vacas ou por um pastor contratado a 7 a 8 contos por dia. A reunião dos Vezeiros é feita ao Domingo depois da missa conventual e o aviso é feito pelo gerente da Vezeira porta-a-porta. Há 11 a 12 Vezeiros com cerca de 25 a 40 animais (vacas, novilhas e vitelos). Pastoreiam na serra do Gerês (Vidoal, Masseira, Chão da Fonte, Lomba de Pau, etc.) Os animais durante a noite permanecem num curral (campo grande) situado perto do forno (cabana do pastor). Os pastores que sobem à serra recebem a ceia dos que irão regressar.

Os animais de Vilar da Veiga (freguesia), do lugar da Ermida e da Vila do Gerês, forma actualmente uma vezeira. Sobem à serra a 15 de Maio e regressam a 15 de Setembro. São guardados por dois pastores (os donos ou pastor pago a 8 a 10 contos por dia). Há cerca de 30 vezeiros, com 60 a 70 cabeças (vacas, novilhas e vitelos). A reunião dos vezeiros é também ao Domingo, sendo o sistema igual ao de Rio Caldo.

A reanimação das Vezeiras, ou de qualquer outro tipo de organização adoptada pelos criadores, em que os animais deambulem livremente pelos baldios serranos, está intimamente relacionada com a manutenção das pastagens de altitude e a conservação da milenar biodiversidade das serras do Noroeste de Portugal.

Bibliografia

BOZON, PIERRE (1983). *Geographie mondiale de l'elevage*. Litec – Librairies Techniques. Paris.

LIMA, SILVESTRE BERNARDO DE (1859). *Estudos pecuários sobre a província de Trás-os-Montes*. Archivo Rural, 2.° volume. Lisboa.

SOUSA, TUDE MARTINS DE (1906). *Costumes e Tradições Agrícolas do Minho*. Regímen Pastoril dos Povos da Serra do Gerez. Revista Portugália. Porto

Miguel Tito Sanches de Magalhães

MIGUEL TITO SANCHES DE MAGALHÃES
Médico Veterinário



AS BRANDAS

"E o campo, desde então, segundo o que me lembro,
É todo o meu amor de todos estes anos!
Nós vamos para lá; somos provincianos,
Desde o calor de Maio aos frios de Novembro"

(Cesário Verde, O Livro de Cesário Verde)

"As mulheres queimadas, vem em cima
Dos vagarosos bois, ali sentadas,
Animais que eles tem em mais estima
Que todo o outro gado das manadas.
Cantigas pastoris, ou prosa ou rima,
Na sua língua cantam, concertadas ..."

(Luís de Camões, Os Lusíadas, C.V, 63)



A Serra da Peneda designa, genericamente, um bloco montanhoso situado no Noroeste de Portugal, que inclui a Serra do Soajo, a sul, e a Serra de Castro Laboreiro, a leste.

Este maciço granítico, de relevo acentuado, é sulcado por vales amplos e profundos que favorecem a penetração dos ventos marítimos carregados de humidade que, ao contacto com a montanha, originam precipitações abundantes[1] que explicam a extensão das pastagens naturais, possibilitando um grande desenvolvimento da pecuária.

Neste vales de montanha pouco povoados vive uma população que, desde tempos remotos, reparte o seu tempo de actividade entre a produção vegetal para autoconsumo e a criação de gado que, além do trabalho, fornecia alimentação e vestuário.

A opção dos agricultores pela pecuária é não só uma consequência da exiguidade das terras aráveis, do isolamento, das dificuldades de comunicação, mas, sobretudo, das condições naturais que fizeram da serra uma região com aptidão para a criação de gado, onde sobressaem os bovinos que podem ascender a mais de 72% do efectivo total, como na Gavieira e em Sistelo.

À escassez de terras aráveis opõe-se a extensão da área inculta. Inculta, porém, não significa improdutiva. E essas extensas áreas, geralmente baldios, são utilizadas para a produção de mato e de pastagem e são fruídas em comum pelas populações.

A manutenção dum importante efectivo pecuário filia-se, assim, nas condições naturais e na originalidade do sistema pastoril caracterizado essencialmente pela elevada percentagem de bovinos e pela utilização das *brandas*. Inseridas no baldio, as brandas, situadas normalmente acima dos 600 m de altitude, são locais privilegiados na produção de pastagens que, nalguns casos, têm pequenas parcelas pertencentes e exploradas por particulares. Nelas cultivam centeio, batata e milho e podem receber, temporariamente, gente e animais.

O aproveitamento do terreno longe das povoações deu origem a um habitat em *brandas* e *inverneiras* que servem, respectivamente, de local de residência de Verão e de Inverno.

A maioria das brandas pertence aos moradores de um só lugar da freguesia. Outras são fruídas pelos moradores de vários lugares da mesma freguesia (as brandas de Furado e Valboa são pertença dos moradores de Padrão e Porto Cova; Antieiras pertence aos moradores de Igreja e de Tibo). Outras ainda, como a branda do Real, que é dos moradores de Lordelo, pode ser fruída em determinadas épocas do ano por gente da Gavieira.

Quanto à função designam-se por *brandas de gado* e de *cultivo* quando ao pastoreio se alia a cultura da batata, do centeio e, excepcionalmente, do milho.

O modo de exploração das *brandas de cultivo* é variável.

As brandas das vertentes sul e sudoeste, desde o Soajo a Sistelo, recebiam gente e animais por períodos mais ou menos longos, associando, nalguns casos, culturas. As deslocações do gado para o monte efectuavam-se quase todo o ano, mas é a partir de Março e até fins de Outubro que adquirem maior incremento. Bovinos, ovinos e caprinos subiam para o monte onde pernoitavam. Com os primeiros ficavam os pastores que se abrigavam durante a noite em toscas cabanas, os *cortelhos*. São construções primitivas, normalmente de planta circular e de pequena dimensão, construídas com blocos e lajes de granito sobrepostas que se fecham

através de grandes lajes lisas e achatadas, formando falsa cúpula. Possuem, para entrada do pastor, uma abertura estreita, baixa e sem porta voltada para o lado mais abrigado dos ventos dominantes. O cortelho é cercado por um muro também circular, a *bezerreira*, onde se protegem as crias. Nalgumas brandas existem ainda cortelhos maiores e sem bezerreira que permitem a pernoita de vários pastores.

Actualmente são raros os pastores que dormem nas brandas e muitas delas foram abandonadas, recorrendo-se cada vez mais a regimes livres de criação.

Nas *brandas de cultivo* do Soajo, como na Bordença, embora se cultive o centeio e a batata, a principal cultura é o milho e o gado permanece aí todo o ano, pernoitando nas cortes. As casas da branda destinam-se a guardar os produtos agrícolas, a lenha, a palha e o feno e só excepcionalmente os agricultores aí dormem.

Na Gavieira e Castro Laboreiro o regime é outro.

As brandas, além de locais de pastoreio, são sempre áreas de cultivo de batata e de centeio e lugar de residência de todos, ou quase todos os membros da família durante parte do ano. Na Gavieira, em Abril, a maior parte da família e os gados deslocam-se para a branda onde permanecem até à matança do porco, em Novembro. Na inverneira fica normalmente um familiar que cuida dos campos e do gado que não subiu ao monte. Em Castro Laboreiro, pela Páscoa, as famílias inteiras e o gado sobem para a branda, donde descem sempre que é necessário efectuar alguns trabalhos agrícolas, por um dia, voltando a dormir na branda. Só em Dezembro começam a baixar para a inverneira.

Por vezes os habitantes de um lugar fixam-se definitivamente na branda. É o caso de Adrão, antiga branda do Soajo. No presente S.Bento do Cando, branda da Igreja (Gavieira), está em período de transição de branda para lugar.

Na vertente norte as brandas de gado quase desapareceram. Bovinos, ovinos e caprinos, estes organizados em vezeira, partem nos fins de Maio para as brandas de cultivo e aí ficam durante cerca de 2 a 3 meses.

---

1 A precipitação média anual, no período 1951/80, foi de 2724,3 mm na estação udométrica da Peneda, situada a 600 m de altitude.

Bibliografia

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, 1987. *Alto Minho*. Lisboa, Editorial Presença, Ld.ª.

Brito, Raquel Soeiro de, 1953. Uma aldeia da montanha do Minho. O Soajo. Estudo de geografia humana. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.ª série, 8(1-2).

Medeiros, Isabel, 1984. *Estruturas pastoris e povoamento na Serra da Peneda*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

Ribeiro, Orlando, 1939. Brandas e inverneiras em Castro Laboreiro. *Revista da Faculdade de Letras*, 6 (1-2).

Viana, Pedro (coord.), 1999. *Território, povoamento, construção. Manual para as regiões do Parque Nacional da Peneda* – Gerês, ADERE Peneda-Gerês.

Carlos Borges Pires
Eng. Agrónomo – 1.ª Classe – INIA



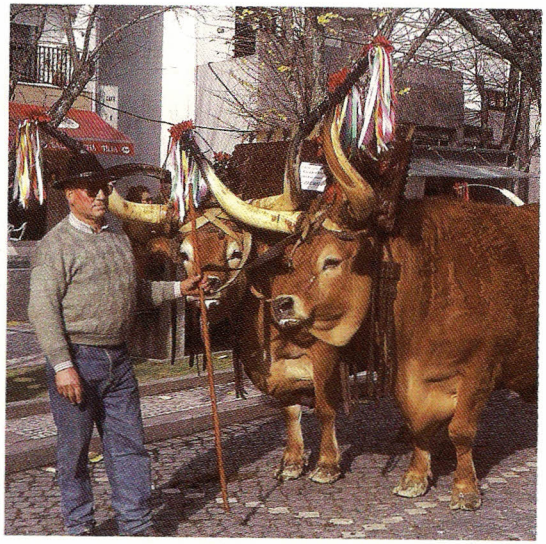
A AMBIÊNCIA DOS CAMPOS

"Divisavam-se pelas encostas as grandes lavradas
três e quatro juntas de vacas em cingel
abrindo um interminável rego,
e turmas de gente erguendo e baixando a compasso
a sachola de larga pá a virar a terra"

(Aquilino Ribeiro, A Casa Grande de Romarigães)

"Andam cantando aos bois; cortando as leiras;
E tu dizias: "Fumas? E as fagulhas?
Apaga o teu cachimbo junto às eiras;
Colhe-me uns brincos rubros nas ginjeiras!
Quanto me alegra a calma das debulhas!"

(Cesário Verde, O Livro de Cesário Verde)



Criado no mundo rural das portas da cidade, desde que memórias me tenho, sempre os bois fazem parte delas. E por bois concebia, então e apenas, os barrosos ditos mansos, por, ao que depois soube, capados, os quais, trabalhosamente emparelhados, formavam as juntas que se multiplicavam por todas as quintas e casais das redondezas, a ponto de, a par com a renda e as parcerias, aqueles serem atribuídos como medida, também, a cada uma dessas unidades de exploração agrícola. Era, por essa altura, vulgar dizer-se que a quinta tal mantinha um determinado número de cabeças; com as leiteiras, se as houvessem (e uma ou duas, quando muito), distinguidas. É que, além de comerem algo menos do que estas, os bois dimensionavam a força motriz da exploração e, ainda, a riqueza do detentor da lavoura. Sem eles, nenhuma, ou quase nenhuma, faina pesada se poderia fazer; sem esquecer que, do mesmo modo, eram eles quem transformavam os matos e demais materiais das camas, nos estrumes que adubavam os campos.

Panorama que, aqui há umas dezenas de anos atrás, era o comum por estas paragens de entre Ave e Vizela, se bem que e mesmo nelas, e sobretudo noutras cercanas, houvesse quem preferisse as vacas da mesma raça. Nomeadamente para os lados de Fafe. Mas, aqui, o forte eram, mesmo, os bois.

Bois que ainda eram ferrados. E em tempos em que se usava o aguilhão.

Para tudo, diariamente, tirava-se a junta da corte, deitava-se-lhe o jugo e lá se atrelava o apetrecho requerido para ir fazer o trabalho que competia, desde buscar o mato roçado – e aí vinham os carros com afiados fueiros ocultos pelo volume da carga a cantar, numa chiadeira hoje esquecida e que se tentava eliminar (por causa das moscas, isto é, das multas) untando-se-lhes o eixo com sabão –, até aos carretos de lenha, com grandes fueiros, ou ao transporte de pedras; enormes pedras que os carroços ou as zorras puxadas as mais das vezes por duas juntas, quando não em maior quantidade, trilhavam os escalavrados caminhos, em esforços que eram estimulados, e exigidos, por as aguilhoadas que espicaçavam os bichos, que, doridos, fincando as patas aqui e ali, lá iam vencendo os obstáculos, não sem uma que outra escorregadela. Eram os tractores da época. E desde as lavras, o gradar ou o tirar água das noras aonde as havia, a irem buscar as ervas aos lameiros, ou as palhas e folhelhos, faziam de tudo o que necessitasse de esforço de tracção. Sem esquecer que, nesses trabalhos mais mimosos e por causa das tentações, quando elas podiam ocorrer, se açaimavam os brutos com os cofos.

Brutos quase sempre dóceis. E dando pelo nome, que e como qualquer ser do foro doméstico a que pertenciam, tinham. Conheciam-se-lhes as manhas e as virtudes, bem com os gostos e castigos que se lhes apropriavam. Num relacionamento que tinha muito da intimidade de um agregado que convivia num todo de trabalho, canseiras e, até, de alegrias. Aliás e nos maus momentos, eram aquela reserva entesourada que, transmitida a contra vontade, possibilitava a superação de qualquer hora difícil dos donos, fosse ela maleita, pleito ou quejanda aflição.

Ah! quem se lembra ainda das tarraxas das cantadeiras, para um travar leve do carro, ou do pau preso a elas e a cadeias que, seguidamente, se enrolavam no eixo e na sua extensão, eram suficientes para, por detrás, se ter mão no carro carregado e em situações mais complicadas, de peso e inclinação; ou dos jugos de arcos, ou dos de correias? Jugos de

trabalho ou de ostentação; e em que só os segundos, e os de correias, eram empenachados. E dos landós? Ainda recordo com saudade um que, atrelado a um boi enorme, de grandes chifres retorcidos e equilibradamente abertos, passava o dia a fazer os carretos de, e para, a estação do caminho de ferro, subindo e descendo para a cidade. E os carretos? E os carreteiros, que também havia quem disso fizesse profissão, quando estes não consistiam, apenas, em ajuntórios para o transporte das rendas aos senhorios, ou semelhantes obrigações pessoais provindas do fundo dos tempos e de que não se excluíam procissões, ou cortejos de oferendas.

Mas também luxavam. Era vê-los por essas feiras, em juntas com gaitas luzidias e os pelos encrespados, escovados a preceito, cada qual a pedir meças às vizinhas, com os seus jugos dos grande momentos e as grossas campainhas; com a moçoila da casa a chamá-los, empurrando-os para o seu lugar de vara ao alto e fazendo-os aquietar. Soberbos, é a lembrança que tenho desses grandes encontros, que e no que me toca, se centravam na Feira de S. Gualter, em Santo Amaro, no 16 de Maio em Fafe e, depois, no S. Torcato. Ufanos, iam a prémio (que se podia estender às chamadeiras e aos jugos) e pediam meças entre si e a outros que vinham, apenas, para serem comerciados. Porque e é bom não esquecê-lo, quando não aparelhavam ou davam em asnear, ou, mesmo, estavam a ficar cansados, então, o seu destino traçado era o abate. O aproveitamento do seu corpo musculado pelo trabalho que, quando depois cevado a toda a hora, dava a tão famosa sua carne. E demais utilidades, de que se não excluíam, sequer, os chifres e a pele. Uns para os célebres cabos das afamadas cutelarias que por aqui se faziam; outras para as boas solas e atanados que, do mesmo modo, tinham sede nestes vales.

Era o culminar de uma vida que começara cedo na escolha, e no seu constante acompanhar para harmonizar a parelha; no subsequente ensino de uma tracção acertada de ambos e nas, por vezes, necessárias, e complicadas, trocas para se conseguirem esses objectivos essenciais ao bom desempenho do trabalho que lhes estava cometido; obtido, também, por o aguilhoar dos mais relaxados.

Eram, são, estes os bois que reconheço e de que tenho saudade.



Óscar Jordão Pires
Presidente da Assembleia Geral da AMIBA

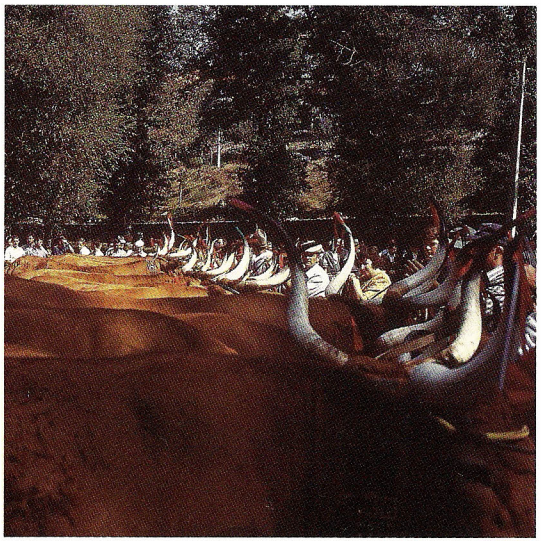


OS CONCURSOS DA RAÇA BARROSÃ

"Ser a moça mais linda do povoado,
Pisar, sempre contente, o mesmo trilho,
Ver descer sobre o ninho aconchegado
A benção do Senhor em cada filho.

Um vestido de chita bem lavado
Cheirando a alfazema e a tomilho...
Com o luar matar a sede ao gado,
Dar às pombas o sol num grão de milho..."

(Florbela Espanca, sonetos)



Havemos de ir ao Barroso e ao Minho nos dias consagrados ao concurso da raça bovina barrosã.

Cedo, os criadores chegam com os seus gados, a pé ou em camiões, às imediações do recinto destinado ao concurso. Toda a família, pai, mãe e filhos, apressa-se a assear e a alindar os seus animais: olear e enfeitar os cornos em lira das vacas, lavar e alisar os pêlos, pentear a cauda, limpar os cascos, desdobrar a manta de lã que protege os chocalhos presos à larga coleira de couro, engatar às juntas de bois os jugos artisticamente trabalhados, alguns já centenários, decorados com figuras de reis e santos.

Depois, o Júri de Admissão procede à identificação dos animais e verifica se foram observadas as exigências sanitárias e zootécnicas constantes no regulamento do concurso, nomeadamente o certificado de inscrição no Livro Genealógico e o Passaporte do Bovino actualizado.

Os animais admitidos são, então, arrumados por sexos e por classes etárias: novilhas e novilhos sem desfecho (só com dentes do leite); novilhas/os com o 1.º desfecho (com dois dentes novos ou definitivos); novilhas/os com 2.º desfecho (4 dentes novos); vacas ou touros (depois de parirem ou depois do 2.º desfecho); juntas de vacas, de bois e de novilhos/as de trabalho, segundo as várias classes.

Segue-se a classificação, competindo ao Júri de Classificação pontuar cada animal, depois de observar o seu conjunto de formas, as regiões da cabeça, o dorso, a pelagem e aprumos. A pelagem deve ser castanha, sem manchas, indo do palha ao acerejado, o perfil côncavo, a cabeça curta e larga, clara a auréola à volta dos olhos, os cornos saídos da cabeça levantada, direitos para cima e para o lado formando uma lira, linha dorso lombar direita, borlas do rabo pretas, aberturas naturais escuras, aprumados de pés e mãos.

A composição do Júri é sempre ímpar, geralmente formado por três ou cinco elementos, sendo um deles o Secretário Técnico do Livro Genealógico da Raça, e das suas decisões não há recurso.

O local privilegiado, para se apreciar um concurso pela primeira vez, é misturar-se com os criadores espectadores, vindos de toda a região da criação, que vão tecendo comentários ao perfil do gado que vão observando, fazendo críticas aos membros do júri, dando palpites à rês que vai tirar o primeiro prémio, atirando piadas maliciosas às chamadeiras trajando à regional, travando acesas discussões sobre os cornos da barrosã que, segundo uns, devem sair direitos para cima e para o lado formando uma lira, e, na opinião de outros, abertos para a frente e para o lado. Palavras e gestos de protesto, ameaças de paus no ar e zaragatas já não causam estranheza em alguns concursos.

Finda a classificação, o Júri de Honra, procede à distribuição das taças e dos prémios. No Concurso

Nacional, que se realiza, anualmente, todos os animais admitidos a concurso recebem, independentemente da classificação obtida, um diploma de participação e um prémio de presença. Só recebe taça quem fica no 1.º lugar da sua classe.

O vencedor apresenta-se a receber o prémio e desfila com o seu animal, todo sorridente, plenamente satisfeito, erguendo a taça, em volta do recinto do concurso. É o dia em que o seu orgulho de criador é maior. É o coroar de um ano de trabalho, de canseiras, de preocupações. Tem o touro campeão ou a barrosã mais perfeita ou a novilha mais bonita. É fotografado, filmado, cumprimentado pelas autoridades presentes, recebe os aplausos da assistência, o seu nome é falado na terra onde nasceu e vive, passa a notável no mundo dos criadores de raça barrosã.

Para uns, é a primeira vez, para outros é já um hábito. É escutá-los a falar dos trofeus religiosamente guardados em casa, das taças ganhas por touros, vacas, novilhos/as que vão nomeando pelos apelidos e anos respectivos.

Mas é nos concursos a nível de freguesia que o criador ou criadora mais sente o seu concurso. É dia de festa, o recinto é embandeirado, a banda a tocar, o sino a repicar, e ele ou ela, ou ambos, a desfilarem com a sua barrosã ganhadora de taças. Isto acontece em Arcos de Valdevez, nas freguesias de Oliveira, Paçô, Távora e Vale, onde todos os animais concorrentes têm direito a uma taça. Nenhum criador vai frustrado para casa.

De renome são os concursos junto às ermidas e santuários de benção dos gados. Então, o povo ocorre em grande número, o silêncio religioso é quebrado por tantos mugidos de tantos animais que se integram na procissão ao redor do templo.

Terminado o concurso, vem a merenda. Uma toalha é estendida no chão, a meio ficam as taças, ao lado o cesto com a comida e o garrafão com o vinho, ao redor a família, os amigos, os convidados, a uma esquina os animais premiados, o balde da água, os fenos e a palha de milho verde. Toda a gente que passa é amiga, mesmo que não se conheça, oferece-se um copo ao forasteiro ao mesmo tempo que se aponta para o touro ou a vaca vencedora.

Para além da festa, todos os concursos envolvem um objectivo bem preciso, em obediência ao primeiro Decreto-Lei sobre reprodutores de bovinos em Portugal, de 17 de Maio de 1865: preservar e melhorar as raças nacionais.

Armando da Rocha Pires

Armando da Rocha Pires
Presidente da AMIBA



AS CHEGAS DE BOIS EM BARROSO NÃO ACABARAM

"Assim um touro, pronto para as batalhas,
quando solta bramidos terríficos,
experimenta a cólera dos seus cornos
lutando contra o tronco de uma árvore,
desferre marradas no vento
e preludia o combate fazendo voar a poeira."

(Virgílio, Eneida)

"Qual o touro cioso, que se ensaia
Para a crua peleja, os cornos tenta
No tronco dum carvalho ou alta faia
E, o ar ferindo, as forças experimenta"

(Luís de Camões, Os Lusíadas, C.X, 34)

"O touro busca, e pondo-se diante,
Salta, corre, sibila, acena e brada,
Mas o animal atroce, nesse instante,
Com a fronte cornígera inclinada,
Bramando, duro corre e os olhos cerra,
Derriba, fere e mata e põe por terra".

(Luís de Camões, Os Lusíadas, C.I, 88)



O BOI DO POVO É UM SÍMBOLO DO BRIO de uma terra, sobretudo da juventude, ou mocidade solteira, símbolo de fecundidade, testada e à vista por ser um boi quilhudo, farto, exuberante, seleccionado. Símbolo também da força juvenil, e da masculinidade, atrai multidões de todas as vizinhanças em dia de chega, luta entre qualquer adversário corpulento, bem tratado, pesado, e adornado com aromas e feitiços prometedores de vitória.

A chega nasce da competição de vizinhas aldeias, orgulhosas do bom trato do seu herói. Nelas se disputa o que o boi significa para eles. Junto com a vitória, disputa-se a boa organização, união de jovens, a riqueza, o orgulho, o brio, a vaidade, a competência, a masculinidade, o valor da raça pura, o campeão de festas e dias santos, cuja vitória dá nome e crédito a toda aldeia.

Não é Barroso a única terra desta cena hoje em decadência, e há dias proibida por causa da aftosa vinda de Inglaterra. Todos os espaços, onde o pastoreio acontece, também machos e fêmeas se pegam em disputa por algo. Umas mais ferozes e violentas que outras, todas as espécies criadas se digladiam, até o homem. Assim temos chegas espontâneas sem qualquer intervenção humana, quando por exemplo dois machos estranhos se encontram e medem forças. Os galos lutam, os chibos e carneiros lutam, os bois também o fazem.

A defesa do território, a sua conquista, o domínio é imposto pela força do mais valente, que faz fugir o intruso, concorrente, adversário, irmão na raça ou oposto. A vitória supõe e acontece com o fim de exclusão definitiva do contendente e consequentemente o direito ao espaço, e ao domínio sexual sobre as fêmeas do entrono possível.

Num Domingo ou dia santo ao fim da missa o regedor, ou presidente da junta reune o povo, um por cada casa e propõe a pedido de jovens, ou desafiado por outros, a chega do boi do povo com o da aldeia vizinha, que também faz a mesma proposta, dado que os bois são de idades, peso e forças mais ou menos iguais. Marcado o dia escolhe-se o local a meio das duas aldeias, ou na vila. Entretanto reforçam a alimentação, avantajada, comparticipada por todos. Quando isso não chega, acontece o roubo consentido, seja dentro da casa ou fora, de milho, centeio, batatas, feno.

Nos dias mais próximos da chega, reforçam-se as portas e a vigilância durante a noite, para evitar o roubo do boi e a chega nocturna, desejada pelos que querem testar forças para tomar as mediadas de mais alimento, ou a desistência da chega. O pastor muitas vezes dorme no combarro, por cima da corte do boi no palheiro, bem armado, de sono leve, para intervir à menor tentativa de abertura ou arrombo da porta e rapto do boi, combinado com os jovens da outra aldeia contendente.

Estas chegas nocturnas acontecem raras vezes, pois são secretas e mal se sabe excepto os poucos intervenientes. Se vem a saber pode trazer distúrbios, algazarras, violentas entre as aldeias.

Bem alimentado, dá-se-lhe a beber vinho com cerveja e açúcar, para o tornar furioso, forte, rápido e decidido na luta. Untam-no com o coiro verde de vitela ou vaca recentemente morta. Também para evitar que a chega se realize e haja empate usam untá-los com o sémen de fêmea, que provoca o acavalar de um sobre o outro e o abandono da luta.

Se for acordado entre os dois povos aguçam ou não, as pontas dos cornos dos bois. Nalguns casos

incrustam-lhes pontas de aço para maior agressividade. Hoje está proibido e é por todos aceite e cumprido.

E à hora da tarde marcada, toca o sino da aldeia, junta-se o povo. Homens, mulheres e crianças, todos de pau na mão, saem atrás do boi em direcção ao campo marcado. Na passagem por cruzeiro, capela ou alminhas há sempre uma rezinha de gente crédula e piedosa pedindo ou fazendo promessas pela vitória. Se passa nalgum rego de água, ou ribeiro, deitam sal para não perder a virtude, a força.

O povo rodeia a área delimitada pela GNR. De cada canto desse espaço vai entrando o primeiro boi, quase sempre orneando em alta voz, como sinal de desafio, presença, e força e ameaça de vitória. Vai escavando terra fresca, com as patas, que lança sobre o seu lombo. Mete as larga narinas no chão, ou no ar para captar odores femininos ou do adversário. E espera que este apareça.

Do lado oposto, entra o outro boi acompanhado de dois pastores amparados por pau de lodo, untado no sémen feminino, que encostam ao pêlo do boi para o acarinhar, aquietar, afagar e quando mais perto do inimigo, o instigar à luta. Quando se deparam um com o outro aproximam-se ou em corrida provocante, ou em passo lento, estudado com olhares de medir forças, desconfiados, tímidos.

Medem forças por minutos ou segundos e normalmente optam por enfrentar-se cara a cara, corno com corno, empurrando frente a frente, com todas as forças, fincando as pernas traseiras no chão duro, sempre na tentativa de obrigar o mais fraco a cansar, a recuar e sempre que possível a fugir, para não levar cornada na fuga, perseguido pelo vencedor.

Durante a chega a animação do público eleva-se em gritos de apoio "é preto", "é marelo", "é boi"... uns por um, outros pelo outro, segundo os gostos. Comentam, fazem apostas, ninguém desiste até ao fim. Passado o tempo imprevisível de minutos largos ou curtos, há um que mostra sinais de cansaço, língua de fora, bofes ofegantes, suor caindo, vai recuando, desistindo, olhar fixo a hipnotizar o adversário, espreitando a melhor distracção do mais corpulento e habilidoso, ou treinado, e quando este menos se precata, já o outro, nem sempre o mais fraco, virou costas e toca a gastar o resto das forças numa fuga rápida, onde logo os pastores intervêm, evitando que o vencedor toque à falsa fé, por trás o vencido.

Logo a seguir desfaz-se a roda dos espectadores e rompem também os simpatizantes e dono do vencedor para o ovacionar, erguendo paus ao ar, roupa vermelha, feminina no ar, vivas, espreitando alguma galhada sofrida durante a luta, comentando pormenores, cantando vivas. O vencido é como que abandonado pelo público, e apenas tocado para o ponto de saída, para regressar no silêncio e desgosto de todos, ao seu povoado. Muitas vezes é vendido na próxima feira, para comprar outro mais possante. O vencedor é disputado por compradores, ou tratadores para o usarem nas festas como campeão de chegas, hoje ainda muito em voga, sobretudo nos grandes dias festivos, ou nas festas do padroeiro de Junho a Setembro, cobrando entradas a 500 e mil escudos, para o bolso dos tratadores ou para o desportivo e festa local.



Padre António Lourenço Fontes



A RAÇA BARROSÃ NA ECONOMIA DO POVO DA MONTANHA

"o gado bovino,
durante o período florescente
da exportação para Inglaterra,
foi conduzido, a pé, pelos produtores,
até junto ao navio, nos portos,
onde o comprador inglês o pagava com libras,
logo transformadas em arrecadas
na mão dos camponeses."

(Eugénio de Castro Caldas,
Terra de Valdevez e Montaria do Soajo)



"Cinco longos anos levou Clara amealhando,
grãozinho a grãozinho, no canto da arca,
ao lado da roupa perfumada de ervas rústicas,
as moedas necessárias para a compra das argolas,
que atormentavam os seus sonhos de moça com
orelhas nuas."

(Abel Salazar, Recordações do Minho Arcaico)

Com o objectivo de valorizar a carne do bovino barrosão e, consequentemente, melhorar os réditos dos produtores, estes promoveram a sua certificação como DOP. A Norte do Douro é uma das DOP que funciona satisfatoriamente e que maiores benefícios económicos tem conseguido.

Pensamos que a política na qual a DOP se enquadra não é a que mais contribui para o desenvolvimento das regiões de montanha por duas razões:

a percentagem de produtores que têm animais inscritos no Livro Genealógico da raça Barrosã é pequena. Na Serra da Peneda, por exemplo, só 26% dos bovinos são da raça Barrosã, sendo a grande maioria mistos. Daí que a DOP "Carne Barrosã" não beneficie a maioria dos produtores e não constitua, por si só, uma alavanca para o desenvolvimento das áreas de montanha;

o Ministério da Agricultura e as Organizações dos Produtores acordaram em utilizar a DOP para a defesa da raça e obter apoios financeiros para as raças autóctones em extinção, nas quais a Barrosã se integra.

Recentemente, em entrevista ao Expresso, o Ministro da Agricultura revelou as dificuldades tidas, em Bruxelas, não só para manter os apoios às raças autóctones em extinção por mais cinco anos, como para impedir que o número de fêmeas reprodutoras contempladas pelo subsídio baixasse de 7500 para 1000, como era intenção da Comissão. Se a negociação tivesse fracassado seria previsível, segundo alguns analistas, que as raças autóctones deixariam de ter interesse comercial, pois o subsídio compensa a diferença de peso, face a outros animais cruzados, na idade em que são vendidos.

A actual política da DOP fundamenta-se em duas ideias-chave: a defesa da raça e a apologia do subsídio como o único meio para a sua viabilização. Assim, é essencial, embora não se diga, que as raças continuem em vias de extinção durante muitos anos e haja engenho, o que não é difícil, dada a experiência adquirida, para não ultrapassar o limite das 7500 fêmeas.

Do nosso ponto de vista é uma política defensiva, sem futuro a médio prazo, e não conduzirá, seguramente, à melhoria das condições económicas da maioria dos produtores das áreas de montanha e nem responde às necessidades dos consumidores de carne de qualidade certificada. Todavia, é possível implementar outra política, mais de acordo com a legislação comunitária, que beneficie um maior número de produtores e consumidores. Para isso é necessário separar a função das raças autóctones como banco de genes do seu desempenho no mercado. No primeiro caso justifica-se que a sociedade pague a existência desses animais e, de acordo com a FAO, 1000 fêmeas reprodutoras são suficientes para assegurar esse objectivo. No segundo caso é preciso ter em atenção o desejo dos consumidores: comprar a preços razoáveis carne saudável, que, além de respeitar as normas correntes higio-sanitárias, assegure a não transmissão da BSE. O factor chave a ter em conta, neste caso, é a natureza da alimentação dos bovinos e não a raça. A DOP, como é definida pela UE, refere-se a um produto agrícola ou a um género alimentício com origem numa determinada região, cuja qualidade ou características se devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico e não à raça. É preciso, então, apoiar a produção nos territórios em

que o consumo de rações é praticamente inexistente, como nas áreas de montanha do Norte de Portugal, em diversos domínios (construção de estábulos que respeitem a regulamentação comunitária, forragens e pastagens, identificação animal, maneio sanitário, etc.) e com os bovinos que lá existem, estejam ou não inscritos nos Livros Genealógicos. Assim, será possível existir uma DOP para as áreas de montanha que englobe várias marcas: raça Barrosã, mistos, etc.

Cria-se, deste modo, uma economia de escala que facilita a comercialização, promove o desenvolvimento das áreas de montanha e abastece o mercado com produtos de qualidade. Uma condição essencial deverá ser respeitada: o controlo da produção e a rastreabilidade da carne. Estas tarefas deverão ser confiadas a instituições independentes dos produtores. É fundamental criar a confiança nos consumidores e a solução actual não é aconselhável, pois ser juiz em causa própria não é sinal de independência para os outros.

A selecção das raças autóctones merece uma referência particular até porque muito pouco tem sido feito, neste aspecto, nos últimos anos. As acções promovidas são instrumentos úteis para a selecção, mas não são a selecção em si mesma. A inscrição no Livro Genealógico, por exemplo, tem em conta acima de tudo parâmetros associados ao aspecto exterior dos animais, que são insuficientes para seleccionar machos reprodutores.

Na atribuição de subsídios haveria que distinguir entre as raças verdadeiramente em extinção e as ligadas à execução de um programa de selecção que também deveriam ser apoiadas. Note-se, que não são os subsídios que estão em causa, mas o destino que lhes é dado. Actualmente, aqueles são de pura manutenção e insuficientes para recuperar raças que estão em vias de extinção, como a Cachena. Neste caso, além de subsidiar os produtores, é preciso investir em apoio técnico que permita a recuperação da raça em tempo útil, o que não sucede actualmente pois o enquadramento técnico existente é fraco. A recuperação de raças em verdadeira extinção, se é isso o que se pretende, impõe a mobilização de recursos técnicos e financeiros muito superiores àqueles que têm sido utilizados.

No caso das raças autóctones, as medidas de política deveriam considerar prémios aos bovinos e apoios financeiros a instituições de enquadramento/experimentação/investigação, em relação directa com a adopção de inovações que permitam aos produtores responder à crescente procura de carne isenta de BSE. É uma oportunidade de ocupar o mercado, mas só será efectiva quando as Organizações de Produtores tiverem uma estratégia a longo prazo que lhes permita negociar com o poder político.

Referências bibliográficas

Expresso, 3 de Março de 2001
Público, 20 de Dezembro de 2000
Regulamento CEE n.º 2081/92

Agostinho de Carvalho
Professor Universitário



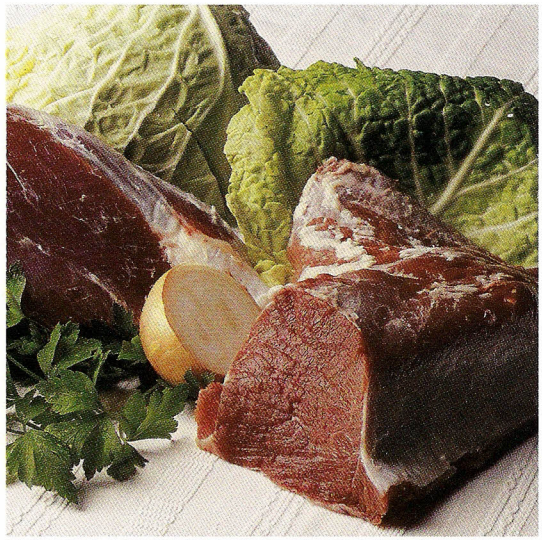
A QUALIDADE DA CARNE BARROSÃ

Na Grécia Antiga,
Sacrificava-se aos deuses
"uma vitela de um ano,
ainda indomada
e que nenhum homem tenha submetido ao jugo."

(Homero, Odisseia)

As carnes eram assadas
"sobre achas de lenha
e regadas com vinho cor de fogo."

(Homero, Odisseia)



A AMIBA AO PROPOR-ME O TEMA – "*A Qualidade da Carne Barrosã*" – permite-me reviver o muito que se tem escrito sobre a mais emblemática das raças bovinas portuguesas, da sua história, das suas potencialidades e do contributo que ela tem dado e continuará a dar como expressão de vida e diversidade no mundo rural.

Remonta aos meados do Século XIX o período da sua maior expansão quando a excelência da qualidade da sua carne se torna famosa e ultrapassa fronteiras, conquista o exigente mercado inglês e passa a integrar as ementas reais. É nessa época áurea que os vitelos do Barroso, depois recriados nos concelhos vizinhos, eram finalmente cevados nos arredores do Porto e exportados para além Mancha – os famosos "bois do barco".

A enorme evolução verificada no meio rural e a especialização produtiva como resultado de uma enorme pressão de selecção imposta pelo homem, colocou as nossas raças autóctones em perigo de extinção, ameaça que a concretizar-se constituiria uma perda irreparável.

Teremos que ter sempre presente que os avanços biotecnológicos, a implementação de sistemas de eficiência produtiva maximizada e de produção estandardizada nunca poderão pôr em causa a Biodiversidade e, sobretudo, quando se interfere nos ecossistemas de montanha.

O conhecimento dos Sistemas Locais de Produção, com maior acuidade em regiões de altitude como são as "*Terras do Barroso*" explicam o porquê da valorização dos seus produtos, no caso vertente a qualidade da carcaça e a qualidade da carne barrosã.

O significado de qualidade, quando referido em relação a uma carcaça, está intimamente associado ao seu valor do mercado e condicionado por diversos factores: peso, grau de acabamento, rendimento na relação carne/osso, peças nobres e aproveitamento culinário versátil, entre outros. A melhor carcaça será sempre a que apresenta a maior quantidade de músculo e menor de osso, com uma quantidade de gordura ajustada às preferências do mercado a que se destina e que assegure a sua conservação pelo frio e as boas qualidades sensoriais da carne.

Diversos estudos realizados na Estação Zootécnica Nacional (EZN), procurando avaliar as características das carcaças das raças bovinas autóctones e seus cruzamentos, permitem afirmar que as carcaças do Barrosão se colocam numa posição de vanguarda, com uma percentagem média de músculo que se situa entre os 66 e 67% e com uma relação músculo/osso com valores acima dos 3.8, valores estes que significam excelentes rendimentos de estiva a que corresponde uma boa valorização comercial.

A definição de qualidade da carne ainda hoje continua a ser assunto controverso e impossível de traduzir em parâmetros puramente objectivos.

Hofmann distingue *qualidade da carne e carne de qualidade*, relacionando o primeiro conceito com as características objectivas e o segundo com as características subjectivas da carne. Definiu este autor a qualidade da carne como sendo o somatório de um conjunto de factores onde inclui as características sensoriais (tenrura, suculência, sabor e aroma), nutritivas (composição química, digestibilidade, valor biológico) higiénicas/ toxicológicas (características microbiológicas, pH, actividade da água e a presença de resíduos e toxinas) e tecnológicas da carne (estrutura capacidade de retenção da água, tecido conjuntivo).

Quanto ao conceito de carne de qualidade estará então relacionado com a apreciação que os consumidores fazem da carne e dependendo da natureza das necessidades que ela deve satisfazer. Prende-se por isso com a aceitabilidade, a preferência, a apetecibilidade, a finalidade a que se destina, a imagem pública da carne como produto alimentar, aspectos indissossiáveis de hábitos alimentares relacionados com factores de natureza educacional, cultural, social e outros.

As técnicas actuais de estudo do mercado procuram definir de que maneira um produto influencia o consumidor de modo a motivar a sua escolha. Daí o enorme contributo que presta a análise sensorial da carne. Este tipo de análise tem uma metodologia científica semelhante às análises química e microbiológica

requerendo por isso planificação, métodos correctos para o delineamento de uma prova e respectiva análise estatística, constituindo uma técnica indispensável na apreciação das características organolépticas de todos os alimentos. Considera-se ser este o único método directo de avaliação, muito sensível e para o qual não existe outra técnica que o possa substituir.

A análise ou avaliação sensorial procura medir a qualidade dos alimentos pela sua aparência, aroma, textura e flavor, exigindo uma painel de provadores ou degustadores que provaram ter capacidade para descriminar amostras com pequenas diferenças de qualidade e terem juízos precisos e consistentes de determinados atributos sensoriais.

Os resultados da avaliação sensorial na EZN, a que foram sujeitas inúmeras amostras de carne de Barrosão, provenientes de carcaças abatidas a pesos diferenciados em função do seu peso maturo, tiveram sempre uma excelente pontuação.

A carne de bovino tem na tenrura a mais importante característica para a sua valorização e nos estudos acima referidos, a proveniente de carcaças ao primeiro peso de abate (225 Kg) foi considerada muito tenra e embora baixando de notação com o aumento de peso, foi sempre avaliada tenra até aos 530 Kg.

O flavor, sensação complexa que se obtém pela combinação das características olfactivas e gustativas perceptíveis durante a mastigação, mantem-se com excelente nota e muito semelhante em todos os pesos de abate. Esta característica, tal como a suculência deve-se em grande medida ao "*marmoreado da carne*" estando por isso correlacionada com a repartição da gordura e a sua composição lipídica.

A gordura produzida por ruminantes tem sido fortemente penalizada por dietistas devido ao seu elevado conteúdo em ácidos gordos saturados, no entanto, muito dos pressupostos que têm fundamentado estas atitudes são no mínimo discutíveis. Ip *et al* sustentam que os alimentos produzidos por ruminantes são a principal fonte de isómeros conjugados do ácido linoleico (CLA), que se sabe hoje serem potentes agentes anticancerinogénicos.

São na realidade estas valências – textura, suculência e flavor – que dão à "Carne Barrosã" uma qualidade ímpar e cuja fama se prolongou por gerações, não se esfumando com as actuais polémicas à volta da carne de bovino que com excessiva e desajustada mediatização tanto tem perturbado os consumidores.

A garantia DOP responsabiliza a AMIBA, o Agrupamento de Produtores e a Entidade Certificadora a desempenharem um papel determinante na defesa e valorização da raça e no apoio aos produtores, não apenas na manutenção do efectivo mas igualmente na gestão do espaço e animação do mundo rural.

Das Serras do Noroeste de Portugal o bovino Barrosão jamais desaparecerá e a sua carne continuará a estar presente na mesa de nobres e gourmets das gerações actuais e vindouras!

Referências bibliográficas

Hofmann, K., 1990. *Definitions of "meat quality"*. Proc. 37 th Int. Cong. Meat Sci and Techn. 3:941.

Ip, C et al, 1994 a. *Conjugated linoleic acid. A powerful anticarcinogen from animal fat sources.* Cancer 74, 1050-1054.



Luís Cortes Martins
Investigador Coordenador do INIA



CARNE BARROSÃ DOP

" depois de gordas constituem o mais fino,
o mais superior e valioso gado de exportação."

(Silvestre Bernardo de Lima, 1873)

"Existiam, em especial nas regiões do Norte,
restos de animais de alta qualidade, barrosão,
da mesma estirpe dos que foram exportados para
Inglaterra".

(Eugénio de Castro Caldas, A Agricultura Portuguesa
através dos tempos, 1991)



A Origem da Carne Barrosã confunde-se com o que de mais nobre a região de Barroso e as terras do Minho possuíram e possuem.

Para mais facilmente compreendermos este trajecto, irei referir alguns aspectos recentes que considero mais significativos ligados à comercialização da *Carne Barrosã*.

Após algumas tentativas para integrar este produto nos circuitos comerciais da carne, só recentemente com a atribuição da Denominação de Origem Protegida (DOP), esta possibilidade foi uma realidade.

A DOP "Carne Barrosã" caracteriza uma carne proveniente de animais inscritos no Livro Genealógico da raça, nascidos e criados numa região delimitada e alimentados à base de produtos naturais dessa região.

São admitidas para comercialização três tipos de carcaças com as seguintes características:

Vitela – carcaças de animais abatidos entre os 5 e os 9 meses de idade com um peso compreendido entre 70 Kg e 130 Kg;

Novilho – carcaças de animais abatidos entre os 9 e os 36 meses de idade com um peso mínimo de 130 Kg;

Vaca – carcaças de animais abatidos entre os 3 e os 4 anos com um peso mínimo de 130 Kg.

A DOP da "Carne Barrosã" foi requerida pela Cooperativa Agrícola de Boticas C.R.L. (CAPOLIB), podendo beneficiar do uso da denominação de origem os produtores que sejam para o efeito expressamente autorizados pelo Agrupamento de Produtores CAPOLIB e cumpram as disposições constantes do caderno de especificações.

Além da CAPOLIB, são ainda intervenientes directos a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã (AMIBA), que regista todos os animais no Livro Genealógico e o Instituto Norte e Qualidade (NQ), organismo privado que controla e certifica a aplicação desta designação.

Para que os agricultores possam utilizar a DOP "Carne Barrosã", têm que pedir a adesão ao Agrupamento de Produtores e proceder à inscrição dos efectivos no referido Agrupamento.

As unidades de produção têm que se situar dentro da área geográfica de produção circunscrita aos concelhos de Amares, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Verde, Felgueiras, Paços de Ferreira, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Valença, Boticas e Montalegre.

Actualmente, o Agrupamento só comercializa carne de vitela.

Estes animais são alimentados à base de leite materno, farinhas de milho e centeio e forragem da exploração.

Todos os animais têm de cumprir as normas sanitárias, devendo para o efeito observar os planos de profilaxia determinados pelos serviços oficiais.

A idade do abate ocorre com maior frequência entre os 6 e os 8 meses, em matadouros credenciados pela Entidade Certificadora e autorizados pelo Agrupamento de Produtores e que garantam condições de estabulação, limpeza e higiene aliados à capacidade de rede de frio que permita a armazenagem quer das carcaças quer das suas peças.

Estas têm que exibir as marcas de certificação apostas pela entidade de controlo e certificação em locais visíveis.

Os locais de venda da DOP "Carne Barrosã" licenciados pelo Agrupamento de Produtores ostentam em local bem visível dos consumidores a placa *Carne Barrosã – Estabelecimento Autorizado.*

As embalagens são identificadas pelo logotipo do Agrupamento de Produtores e pelo selo de garantia do Instituto de Certificação (NQ).

Este processo seria no entanto pouco útil se a ele não tivessem aderido em grande número os criadores de gado de Raça Barrosã, somando já cerca de 75%, os produtores que aderiram às condições de utilização da Denominação de origem protegida "Carne Barrosã", o que traduz um montante de comercialização de cerca de 230 toneladas no último ano (2000).

Creio muito sinceramente, que a cooperação entre as várias entidades intervenientes neste projecto – AMIBA, CAPOLIB, NQ, Cooperativas, Serviços Oficiais do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e Agricultores – proporcionou aos últimos a possibilidade de terem um escoamento das vitelas garantindo, assim, a obtenção de uma mais valia de 20% de valorização daquele produto e o aumento da confiança dos consumidores.

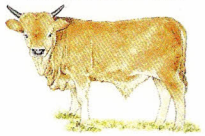
Por todos estes motivos, a *Carne Barrosã* e os demais produtos com história vão continuar a fazer história no nosso país.

Albano Álvares

Presidente do Agrupamento de Produtores CAPOLIB

AMIBA
Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã

Agrupamento de Produtores
carne
BARROSÃ
Denominação de Origem Protegida



CERTIFICADO POR
NQ
Norte e Qualidade
CARNE BARROSÃ

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA



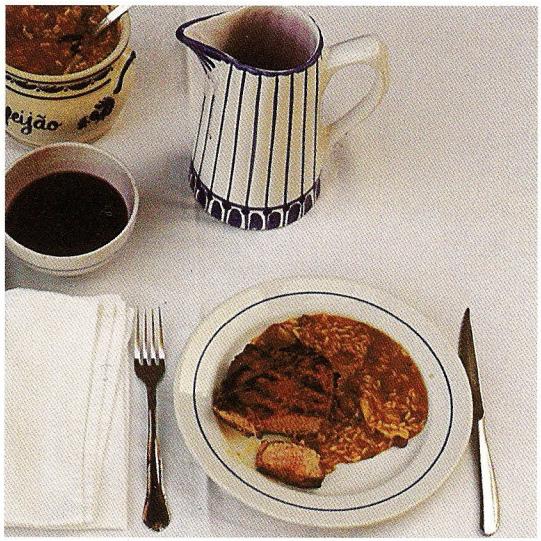
A CARNE BARROSÃ NA GASTRONOMIA REGIONAL E NACIONAL

"Deixa-me rir, que estão rindo
Seu riso lindo
Estas águas, estas fontes,
Estes montes, estas flores,
-rindo e florindo com todas as cores!"

(Afonso Lopes Vieira, Canções do Vento e do Sol)

"Há broa em todos os balaios à porta do forno,
há toucinho ou há unto, pelo menos,
em todas as salgadeiras,
há azeitonas no cântaro da salmoeira,
há um ovo para botar a cada galinha choca,
uma braçada de erva para cada boi,
uma côdea para cada cão,
uma rasa de milho para cada fornada,
uma estriga para cada roca,
uma leira para cada enxada."

(Ramalho Ortigão, As Farpas)



A ACTIVIDADE TURÍSTICA gera importantes efeitos multiplicadores na actividade económica de determinado território. A característica da transversalidade permite intervir directa e indirectamente noutros sectores provocando por vezes a sua dinamização.

O Turismo, analisado num contexto global e integrado, constitui um dos sectores mais dinâmicos das economias modernas, é indubitavelmente uma área de desenvolvimento sócio-económico que devemos dar especial atenção. Contudo, este pensamento estratégico tem de basear-se nos valores naturais e culturais existentes, respeitando a preservação desse património e contribuindo mesmo para a sua valorização.

É hoje inquestionável que a identidade cultural dos povos, a par de bens corpóreos que testemunham o respectivo percurso civilizacional, integra ainda um vasto património intangível que, ao longo do tempo, vai revelando a sua particular visão da realidade.

Entre estes modos de expressão cultural, muitas vezes sem suporte físico e mais vulneráveis do ponto de vista da respectiva preservação, mas contudo relevantes pelo contributo para a caracterização de certos aspectos de uma nação ou das partes que a compõem, figuram, entre outras, as artes culinárias.

Entendida como fruto de saberes tradicionais que atestam a própria evolução histórica e social do povo português, a gastronomia nacional e regional integra pois o património nacional que cumpre salvaguardar e promover. O reconhecimento de um tal valor às artes culinárias cria responsabilidades acrescidas no que respeita à defesa da sua autenticidade, bem como à sua valorização e divulgação, tanto no plano nacional quanto no plano internacional.

Mas a boa gastronomia só será possível com produtos de alta qualidade, de proveniência identificada com selo de garante de qualidade. A carne Barrosã encontra-se, sem sombra de dúvidas, na rota gastronómica dos bons apreciadores de carne certificada quer pela qualidade da raça que a fornece quer pela qualidade do território em que a mesma "vagueia" para se alimentar.

De resto, tem sido a reconhecida componente de atracção turística da gastronomia nacional e o esforço de todos no sentido da preservação da sua autenticidade que têm proporcionado o desenvolvimento contínuo do sector da restauração, de crucial importância económica global em Portugal, e com especiais efeitos no desenvolvimento do sector agrícola, designadamente no que se refere à exigência de produtos de superior qualidade, onde a carne Barrosã assume, desde já um papel importante no panorama gastronómico Regional e Nacional.



HENRIQUE MOURA
Presidente da Região de Turismo Verde Minho





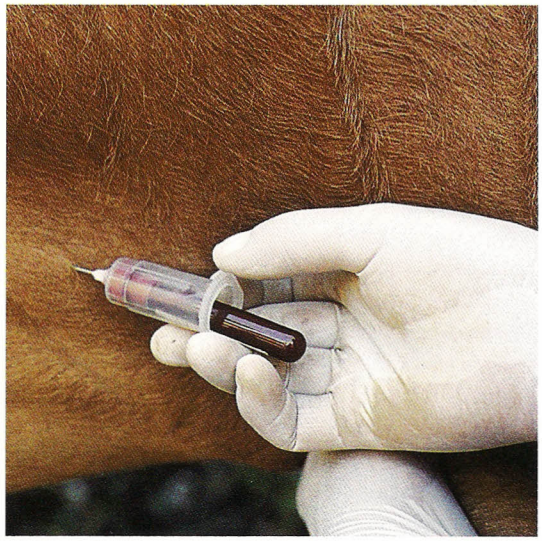
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

"Do leite e sangue empolado,
O bezerrinho viçoso
Vai brincando polo prado;
Depois eis que, preguiçoso,
Ora ó carro, ora ó arado.
Co's dias e co trabalho
O saltar d'antes lhe esquece;
Não é já o que era almalho:
Venda-se para o talho,
Qu'este boi velho enfraquece."

(Sá de Miranda, Poesia e Teatro)

"O gado é morto, a seara é morta,
Morta a alegria.
O sol requeima, a geada corta...
Anda um fantasma à nossa porta
De noite e dia...

(Guerra Junqueiro)



"E TÃO FINA ERA, QUE A NÃO DESDENHAVAM CONSUMIDORES ESTRANGEIROS; QUE SE EXPORTAVA PARA INGLATERRA É GERALMENTE SABIDO, E QUEM VISITAR O MUSEU ZOOLÓGICO DE BORDÉUS, TALVEZ AINDA LÁ VEJA A CABEÇA DUM BOI BARROSÃO."

Assim se referia José Miranda do Vale, em 1949, à carne de barrosão, fruto de um sistema natural de produção pecuária com origem num saber de gerações que importa preservar, quer por questões de desenvolvimento do mundo rural, quer por manutenção do equilíbrio do próprio meio ambiente e biodiversidade. E por certo que essa preservação só será possível por via do acréscimo de rendimento dos produtos desse sistema.

Se até muito recentemente, o objectivo primário da produção alimentar era conseguir quantidades suficientes a preços acessíveis, a partir do momento em que o consumidor passou a considerar esses factores como garantidos e, por força também da crise de desconfiança entretanto instalada (de que a Encefalopatia Espongiforme Bovina foi corolário), a sua atenção centrou-se cada vez mais na qualidade, segurança e forma de produção dos alimentos. E será essa a grande mais valia da raça barrosã.

Na verdade se a qualidade do produto, até como facto histórico, é por demais evidente e, se a forma de produção garante quer a sustentabilidade ecológica do processo quer o bem estar animal, é razoável admitir que a segurança será o factor a investir em termos da certificação do produto alimentar final, ou seja a carne.

Resulta portanto óbvio que, o primeiro elo de um sistema de segurança e porventura o mais importante, será a vigilância sanitária dos efectivos. E será talvez nesta componente que os efectivos da raça barrosã terão sido mais prejudicados. Na realidade, os programas de saúde animal nunca foram sujeitos a uma planificação e avaliação efectivas, em função dos sistemas de produção ou populações especificas alvo, ou seja, aplicaram-se imprudentemente políticas sanitárias (designadamente os planos oficiais de erradicação), essencialmente concebidas para sistemas intensivos de produção, à população bovina do país sem ter em conta as especificidades referidas.

De facto, a planificação e avaliação das políticas de saúde animal deveriam obedecer a uma lógica que permitisse uma abordagem mais global das necessidades dos produtores e uma orientação mais realista dos programas a adoptar. Em termos práticos, o que se pode verificar ao longo das ultimas décadas e como resultado das políticas sanitárias até agora aplicadas, é a manutenção a níveis de prevalência residual das doenças ditas tradicionais (P.e. tuberculose e brucelose), já que as doenças animais ditas emergentes, características dos sistemas de produção intensivos (P.e. PPCB e EEB), tiveram impacto reduzido nos efectivos desta raça. Acresce que, para alem da persistência daquele problema, as estratégias em uso, com base na intensificação das acções de saneamento, conduziram ao abate e consequente perda genética de animais de elevado potencial sem contrapartidas de substituição.

Assim, as estratégias de vigilância sanitária a adoptar no caso específico dos sistemas de produção da raça barrosã, deverão ter em consideração quer a qualificação do produto final oferecido ao consumidor, quer a preservação desses mesmos sistemas produtivos, em oposição a estratégias lineares de erradicação que se autolimitam a esse objectivo.



Em conclusão, sendo o objectivo final da política de saúde animal, a mais valia evidente resultante da garantia de níveis acrescidos de produção e de segurança dos produtos daí resultantes, deverão ser as suas estratégias estabelecidas em função de processos de planeamento e avaliação que não ponham em causa a salvaguarda de um património genético, nem de um sistema de produção sustentável, do qual sem dúvida a raça barrosã é paradigma.

EDUARDO MAIA TAVARES
Médico Veterinário



CREDIBILIDADE DAS DENOMINAÇÕES DE ORIGEM PROTEGIDA

"Em vão lutamos. Como névoa baça,
A incerteza das coisas nos envolve.
Nossa alma, em quanto cria, enquanto volve,
Nas suas próprias redes se embaraça"

(Antero de Quental, Sonetos)

"Pois bem. O Inverno deixou-nos.
É certo. E os grãos e as sementes
Que ficam de outros Outonos
Acordam hoje frementes
Depois duns poucos de sonos."

(Cesário Verde, O Livro de Cesário Verde)



Uma denominação de origem para o ser tem que assegurar e demonstrar que as práticas da sua produção e comercialização estão conformes com o caderno da sua certificação.

Julgo que, hoje em dia, ninguém questiona as características *sapiens* da denominação de origem "carne barrosã"; chegando alguns a considerá-la a melhor carne nacional outros, até, a melhor carne do mundo! Contudo, para aqueles que se colocam a jusante da sua produção e comercialização, isto é, os consumidores finais, têm o direito em questionarem nos pontos de venda onde a procuram obter se estão ou não perante aquele manjar que, em resultado de diversas formas e campanhas promocionais, sabem existir.

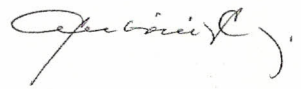
Ora, a dúvida colocada pelos consumidores deve ser progressivamente resolvida através de acções de pedagogia sobre os métodos de controlo que são desenvolvidos para garantir a genuinidade daquilo que se promoveu ou promove. O mesmo é dizer que a demonstração deve ser feita de forma transparente e constante para credibilizar os métodos de controlo que foram previamente definidos e oferecidos como garantia do que se oferece.

Então como fazê-lo? Várias poderão ser as soluções a preconizar. Uma, que desde já sugiro, é que se procure de forma transversal fazer acompanhar grupos especializados de opinião nas acções de controlo tendo-se em vista a certificação e, bem como, fazê-los acompanhar nas acções de fiscalização sobre o produto que se apresenta no mercado como certificado, pois só deste modo é que se pode credibilizar a denominação de origem.

A quem compete efectuar essa demonstração? Não tenho dúvidas que a iniciativa pertence à entidade gestora da denominação de origem, isto é, ao Agrupamento de Produtores que está encarregado de zelar pela garantia da genuinidade do produto que se quer apresentar no mercado, ou, o mesmo é dizer, garantir que o caderno de certificação do produto está a ser cumprido.

Dar a conhecer de forma clara como tudo se desenvolve para se garantir a denominação que é presenteada aos consumidores, é pois a melhor promoção a efectuar do produto e a demonstração do "justo preço" que o produto merece dadas as práticas salutares que são exigidas aos produtores no modo de produção, com a comercialização e com a certificação, cujos custos são inevitavelmente superiores aos de outros modos de produção e de comercialização de produtos cárneos sem denominação protegida!

É pois chegado o momento de fazer a demonstração do "parece ser" com o "ser"!



António Fernando de Campos Cêa
Director Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho





A "CHEGA" PELA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTARES

"O Povo-aquele que nasceu
De uma raiz ignorada
O Povo, sim, essa força
Dominadora, infantil
Que afinal é sempre tudo
E que afinal não é nada"

(António Botto)



"Viam a luz nas palhas de um curral,
Criavam-se na serra a guardar gado,
À rabiça do arado,
A perseguir a sombra nas lavradas.
Aprendiam a ler
O alfabeto do suor honrado,
Até que se cansavam
De tudo o que sabiam.
E, gratos, recebiam
Sete palmos de paz num cemitério
E visitas e flores no dia de finados."

(Miguel Torga, Diário, XII)

A AGRICULTURA ERA, AINDA NÃO HÁ MUITOS ANOS, desenvolvida, na sua esmagadora maioria, no âmbito de sistemas agro-florestais tradicionais adaptados aos condicionalismos locais e, nas situações mais montanhosas e isoladas, nas quais se incluía grande parte da região de Trás-os-Montes e interior do Minho, com reduzidos fluxos de troca, quer de energia quer de nutrientes, que não os decorrentes dos ciclos naturais. As condições difíceis de solos e clima e o isolamento determinaram a selecção de raças e variedades específicas, adaptadas às condições e aos sistemas agro-florestais existentes.

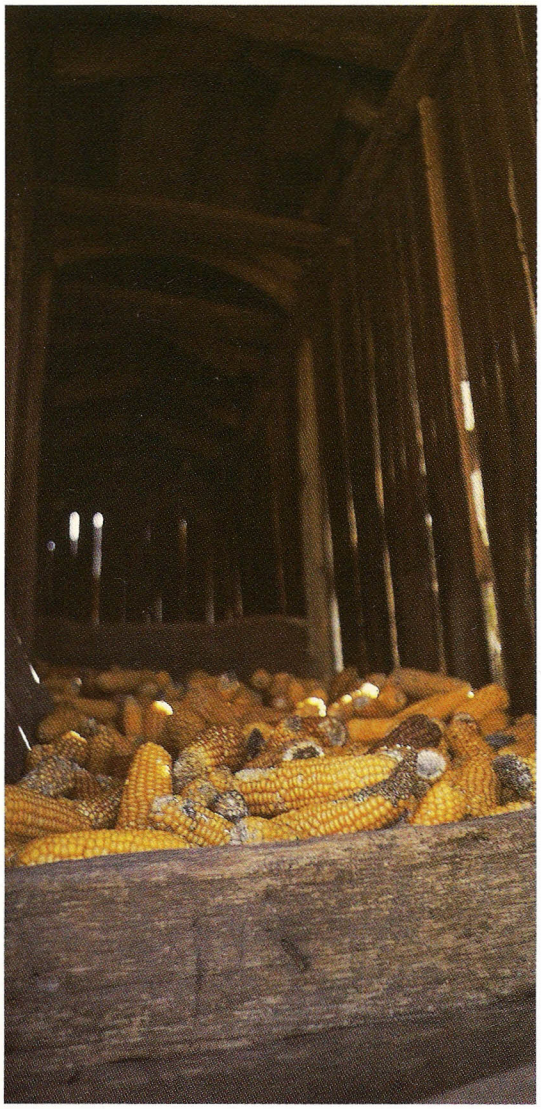
Deste património, tradicionalmente valorizado como alimentar e de força de trabalho, mais recentemente genético e cultural, a raça de bovinos barrosões é um representante que impressiona pela sua originalidade no panorama das raças ibéricas. De qualidade reconhecida desde, pelo menos, o princípio do século XIX, foi alvo de exportação para Inglaterra a partir de meados do século até ao fim do primeiro quartel do século XX, o que determinou o aumento dos seus efectivos até àquela altura. A expansão de raças mais precoces e de melhores conformações zootécnicas e o aumento da produção de lacticínios, a par da posterior hemorragia demográfica, veio relegá-la para as áreas onde as suas características de rusticidade lhe garantiam vantagens específicas. Mas, mesmo aí, não a salvo de cruzamentos com outras raças mais prolíficas.

No último meio século, a redução demográfica dos meios rurais conjugada com o aumento da acessibilidade, a oferta de fertilizantes e a mecanização desarticularam profundamente os sistemas de produção de que esta raça, à semelhança de grande parte das restantes raças portuguesas, era uma peça fundamental. Estas alterações conduziram a um declínio generalizado daquelas raças.

Em 1992, a reforma da Política Agrícola Comum, pautada pela necessidade de reduzir a produção, veio dar visibilidade às políticas de desenvolvimento rural e à necessidade de uma abordagem mais integrada das áreas rurais, mais adequada ao atraso estrutural português e às potencialidades que aquele mesmo atraso, determinaram, mantendo viva uma cultura rica e que reflecte essa diversidade de condições físicas e climáticas. Esta cultura traduz-se numa paisagem tradicional preservada, num artesanato dinâmico, em manifestações artísticas que vão passando para os jovens e na produção de produtos alimentares de qualidades organolépticas únicas. Estas características, reforçadas pela busca da diversidade que é, provavelmente, a tendência mais marcante do final do século XX e deverá acentuar-se no princípio do século XXI, permitiram pensar que existiam outros caminhos para a actividade agrícola em Portugal.

De facto, e, infelizmente pelas piores razões, o mercado privilegia, cada vez mais, a segurança alimentar, a par da qualidade, a identidade e a genuinidade, características que se mantêm em muitos dos nossos produtos agro-alimentares tradicionais. Mas o reconhecimento destas potencialidades constitui um desafio, provavelmente mais exigente do que aquele que se colocava anteriormente. De facto, é necessário garantir que não se defrauda a procura nem em termos de quantidade nem de qualidade e, especialmente, de saúde pública.

Estes desafios têm sido aceites pelos criadores da raça Barrosã, o que lhe permitiu um reconhecimento pelo mercado, traduzido pelo preço da sua carne. Numa época em que a desconfiança relativamente à



carne de vaca se instalou, a imagem de qualidade e segurança que deriva dos sistemas de produção extensivos e tradicionais em que são criadas as vitelas barrosãs são, claramente, uma característica que deverá ser conservada a todo o custo e devidamente explorada. Constituem uma vantagem competitiva que se vai revelar decisiva na sustentabilidade da oferta ameaçada por tantos factores estruturais.

Com o III Quadro Comunitário de Apoio vamos iniciar mais uma etapa de desenvolvimento do nosso sector agrícola. No que diz respeito aos produtos tradicionais, é fundamental que se aposte nas fases de distribuição, comercialização e "marketing", visando, essencialmente, o mercado nacional, mas não descurando eventuais oportunidades associadas aos mercados externos. No entanto, há que ter sempre presente os perigos derivados de um excesso de procura, quando a oferta responder de qualquer forma às expectativas e necessidades dos consumidores, sendo fundamental que não se descurem a qualidade, a segurança e a genuinidade, únicas razões de ser dos produtos tradicionais. A raça Barrosã, pelos serviços que já prestou e por aqueles que tem condições para ainda prestar, merece de nós esse esforço.

Vítor Coelho Barros

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural















Comparticipação:
Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II
ADER-SOUSA, ADRIMINHO, ATAHCA,
PROBASTO, SOL DO AVE



